

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Graziella Alcântara Mazzei

**O SUJEITO POLÍTICO NA TEORIA FEMINISTA:
ARTICULAÇÕES ENTRE PODER E AUTONOMIA**

Porto Alegre, 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

**O SUJEITO POLÍTICO NA TEORIA FEMINISTA:
ARTICULAÇÕES ENTRE PODER E AUTONOMIA**

Graziella Alcântara Mazzei

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Gonçalves Silva

Porto Alegre, 2019

CIP - Catalogação na Publicação

Mazzei, Graziella
O sujeito político na teoria feminista:
articulações entre poder e autonomia / Graziella
Mazzei. -- 2019.
78 f.
Orientador: Felipe Gonçalves.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Porto
Alegre, BR-RS, 2019.

1. Filosofia Política. 2. Teoria Crítica . 3.
Feminismo. I. Gonçalves, Felipe, orient. II. Título.

Graziella Alcântara Mazzei

**O SUJEITO POLÍTICO NA TEORIA FEMINISTA:
ARTICULAÇÕES ENTRE PODER E AUTONOMIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em filosofia.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dr. Ingrid Cyfer (UNIFESP)

Profa. Dr. Juliana Missaggia (UFSM)

Prof. Dr. Nicolay Steffens (UFRGS)

Porto Alegre, 2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao apoio financeiro da Capes que possibilitou o andamento da minha pesquisa durante estes dois anos de mestrado, oportunizando minha participação em eventos acadêmicos dentro e fora desta universidade, os quais foram de extrema relevância não apenas para uma troca rica de experiências com colegas e professores, mas também para expansão dos horizontes desta pesquisa.

Ao professor e amigo Felipe Gonçalves, pela orientação atenta e cuidadosa de todos meus trabalhos desde os anos finais da minha graduação em Filosofia e por sempre se mostrar uma pessoa incrivelmente entusiasmada e receptível às minhas ideias de pesquisa.

À minha família e especialmente à minha mãe, Ana, que sempre esteve ao meu lado me apoiando e fazendo o necessário para que me sentisse acolhida em todos os momentos.

Aos colegas e amigos que fiz durante este período na pós-graduação, pelas conversas e cafés durante os intervalos de disciplinas que fizeram este percurso mais leve e divertido. Às pessoas especiais que fazem parte da minha vida e contribuíram diretamente durante esses dois anos oferecendo apoio, escuta, compreensão e principalmente por me lembrarem de que tudo isso era possível: Victória Melgarejo, Gil Moraes e Ciano Dallenogare.

Agradeço também à todos os professores que diretamente ou indiretamente fizeram parte deste percurso e contribuíram na minha formação acadêmica. Além disso, agradeço fortemente a presença dos professores convidados para esta banca, Ingrid Cyfer, Nicolay Steffens e Juliana Missaggia.

“[...] genuine autonomy requires not only the rational capacity to reflect critically on the contingencies that have made us who we are [...] but also the motivational capacity to change who we want to be”.

Amy Allen

"We are born into webs of interlocution or into webs of narrative [...]. We become who we are by learning to be a conversation partner in these narratives. Although we do not choose the webs in whose nets we are initially caught or select those with whom we wish to converse, our agency consists in our capacity to weave out of those narratives and fragments of narratives a life story that makes sense for us, as unique individual selves”.

Seyla Benhabib

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o debate político feminista acerca da questão do sujeito. Essa análise será feita a partir das duas primeiras obras de Amy Allen, *The power of Feminist Theory: Domination, Resistance, Solidarity* (1999) e *The Politics of Our Selves: Power, Autonomy and Gender in Contemporary Critical Theory* (2008). Apesar da questão do sujeito só ser tratada explicitamente por Allen em sua obra de 2008, a estratégia adotada neste trabalho considerou essas obras conjuntamente. A partir disso, foi possível indicar não apenas com maior complexidade o percurso argumentativo que leva Allen às questões trabalhadas em sua obra de 2008, mas identificar um deslocamento teórico significativo entre elas. Tal deslocamento teórico foi investigado, entre outros fatores, a partir da valorização e subsequente afastamento de uma dimensão coletiva da ação política, encontrada pela autora sobretudo na obra de Hannah Arendt. Ao final, questionou-se diferentes linhas de leitura sobre o referido deslocamento teórico, bem como o significado que ele exerce em sua obra de 2008. A dissertação defende uma leitura conjunta de ambas as obras, que passam a ser compreendidas como partes de um projeto crítico mais amplo, o qual busca oferecer ao debate feminista uma compreensão aprofundada do sujeito político em seu registro tanto individual quanto coletivo.

Palavras chave: Teoria Crítica Feminista, subjetividade, poder, autonomia.

ABSTRACT

The aim of this work is to analyze the feminist political debate about the question of the subject. This analysis will be based on the first two works of Amy Allen, *The power of Feminist Theory: Domination, Resistance, Solidarity* (1999) and *The Politics of Our Selves: Power, Autonomy and Gender in Contemporary Critical Theory* (2008). Despite the question of the subject to be only explicitly dealt with by Allen in her work of 2008, the strategy adopted in this work considered these two works of hers together. Therefore, it was possible to indicate not only with greater complexity the argumentative course that leads Allen to the questions discussed on her latter work, but also to identify a significant theoretical displacement between them. Such theoretical displacement was investigated, among other factors, from the valorization and subsequent withdrawal from a collective dimension of the political action found by the author, especially in the work of Hannah Arendt. Lastly, it was questioned different reading lines about the referred theoretical displacement, as well as the meaning that it exerts on her work of 2008. The dissertation argues for a joint reading of both works, which come to be understood as parts of a larger critical project, which seeks to offer the feminist debate an in-depth understanding of the political subject in both individual and collective registration.

Key-words: Feminist Critical Theory, subjectivity, power, autonomy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA: O CONFLITO DE POSIÇÕES NA TEORIA FEMINISTA DO PODER	12
2 RECONNECTANDO ESTRUTURAS: ANÁLISES DA CATEGORIA DE PODER	25
2.1 Poder e ação coletiva	25
2.2 Solidariedade como resistência política	44
2.3 <i>Is sisterhood powerfull?</i> O impasse entre identidade e não-identidade	50
3 O DESLOCAMENTO TEÓRICO E A QUESTÃO DO SUJEITO POLÍTICO ..	54
3.1 A questão do sujeito	55
3.2 Desaparecimento da ação coletiva? Duas linhas de interpretação	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76

INTRODUÇÃO

Ao longo das suas gerações, a Teoria Crítica se mostra sensível a uma possibilidade de reconstrução constante e redirecionamento de seus interesses frente às novas patologias sociais que surgem no seio da sociedade contemporânea. A busca de um diagnóstico de tempo revelador das patologias sociais serve de terreno para a projeção de vias possíveis de emancipação, onde novos obstáculos à autonomia e ação política buscam ser diluídos. Nesse sentido, a tradição crítica está propensa a uma contínua renovação dos seus diagnósticos críticos e ao redirecionamento das suas principais tarefas – diagnóstico de tempo e possibilidades de emancipação – à luz das novas lógicas de dominação.

A vertente teórica que se reconhece como a “Teoria Crítica Feminista” tem como função não apenas denunciar a ausência dos debates acerca da dominação de gênero nas gerações anteriores, mas, além disso, superar essa cegueira através de uma transformação das categorias em debate. Dentre suas pautas recorrentes estão, por exemplo, a relação entre capitalismo, mercado de trabalho e feminismo, o questionamento das fronteiras que dividem as atividades e os assuntos da esfera pública e privada e a revogação de uma herança tendenciosa à cegueira de gênero. Apesar da multiplicidade dos problemas tratados e das perspectivas de análise empregadas, é possível dizer que a Teoria Crítica Feminista trabalha a partir de um pano de fundo comum: a tarefa de superação da dominação de gênero e o papel da mulher como sujeito político capaz de cumprir essa tarefa. Pensadoras como Nancy Fraser, Iris Young, Seyla Benhabib são apenas alguns dos nomes que representam essa geração crítica que busca superar a herança limitadora das suas primeiras gerações críticas. Pode-se dizer que, mesmo produções teóricas nem sempre vinculadas diretamente à Teoria Crítica Feminista, como a de Judith Butler – com sua crítica radical de desconstrução do gênero e sua formulação da teoria da performatividade – ou de teóricas políticas como Carole Pateman – em sua gênese da dominação masculina a partir da teoria contratualista – também representam um marco significativo sobre a tentativa de ressignificação de conceitos políticos fundamentais ao feminismo.

O que veremos neste trabalho é a reformulação feminista dos anseios teórico-críticos que traz consigo uma ampliação da visão de mundo e de diagnósticos de tempo integrando componentes antes negligenciados por uma concepção neutra de sujeito

político. Uma nova gama de bloqueios à ação política livre e igualitária é colocada à luz de um projeto crítico que encontra sua raiz na articulação entre questões de gênero, autonomia e poder, que fazem parte, em ampla medida, do alicerce de pesquisa e expressão da teoria crítica de viés feminista. Dessa forma, a tentativa de articular uma nova concepção de sujeito político que consiga se desprender das suas antigas e empobrecidas concepções formuladas pela tradição da filosofia ocidental é uma tarefa necessária ao feminismo.

Repensar o sujeito político através da teoria feminista é, em última instância, ser capaz de enraizá-lo no contexto social das relações de gênero. Para isso, é necessário se despir de concepções generalizantes ou abstratas de sujeito características de teorias clássicas contratualistas ou das abordagens exacerbadamente racionalistas de sujeito construídas pelo iluminismo alemão. E em troca disso, defender uma perspectiva de sujeito político que esteja localizado na concretude das intersecções – gênero, raça ou classe – que o constituem. Na tentativa de superar uma concepção abstrata de sujeito que em nada é útil para teorizar a subordinação de gênero e outras questões relevantes ao feminismo, a produção da Teoria Crítica feminista passa não apenas a questionar a validade dessas abordagens anteriores, mas a repensar novas formas de subjetividade.

Ponto fundamental de discussão para uma geração crítica que pretende ser sensível ao debate político de gênero, a questão do sujeito ganha um espaço considerável tanto em representantes mais antigas da Teoria Crítica, como Seyla Benhabib em sua obra *Situating The Self: Gender, Community, and Postmodernism in Contemporary Ethics* (1992) e discussões posteriores¹, mas também em novos nomes, como o de Amy Allen, em suas duas primeiras obras, *The Power of Feminist Theory: Domination, Resistance, Solidarity* (1999) e *The Politics of Our Selves: Power, Autonomy and Gender in Contemporary Critical Theory* (2008). Nesse sentido, a abertura do espaço de discussão acerca da questão do sujeito – tanto em Benhabib quanto em Allen – promove a possibilidade de ampliação e rearticulação de outras categorias importantes ao feminismo, como poder, autonomia e ação política. Posterior à Benhabib é possível dizer que a produção teórica de Allen, tanto em 1999, quanto em 2008, cumpre um papel relevante na articulação dos principais debates relacionados ao

¹ Um dos seus artigos mais relevantes sobre o tema é *Sexual Difference and Collective Identities: The New Global Constellation* (1999).

sujeito político, à categoria de poder e à noção de autonomia. Nesse sentido, já em seu trabalho inaugural de 1999, Allen apresenta novas perspectivas de compreensão da categoria de poder relacionada aos interesses feministas pela dominação, resistência e solidariedade. Em 2008, em um aprofundamento teórico dessas questões, Allen se concentra mais explicitamente na tentativa de consolidar uma nova concepção de subjetividade através da harmonização de conceitos centrais de poder e autonomia.

Os objetivos do presente trabalho se dirigem à análise da questão do sujeito político tal como tratada por Amy Allen. Para isso, será necessário analisar a intersecção entre suas obras de 1999 e 2008. Pois, embora a questão do sujeito político seja explicitamente tratada por Allen apenas em 2008, é possível encontrar suas raízes de enunciação já em 1999, no contexto de consolidação das novas categorias de poder que Allen propõe. Além disso, a reconstrução do campo teórico entre suas duas obras propicia a compreensão de deslocamentos importantes que direcionam Allen às noções de poder e autonomia propostas em 2008. O ponto de inflexão maior dessa análise será encontrado na utilização de Hannah Arendt e sua concepção de poder, utilizada por Allen em sua obra de 1999 e posteriormente abandonada em 2008. Hipóteses que justificariam o abandono da concepção de poder arendtiana serão articuladas com o intuito de compreender os motivos que teriam levado Allen a uma outra categoria de poder, a qual compõe um dos polos da constituição do sujeito político em 2008 e evita, justamente, o enfoque na ação coletiva anteriormente enfatizado em Arendt. Dessa forma, a apresentação e a compreensão da questão do sujeito político que é o principal objetivo desta dissertação, serão feitas a partir do viés do movimento teórico que ocorre entre as obras de Allen. Ou seja, pretende-se aqui uma apresentação da questão do sujeito político atenta à modificação do contexto teórico ocorrido entre as mencionadas obras de 1999 e 2008, dedicando-se, principalmente, ao importante papel cumprido pela concepção arendtiana de poder na primeira dessas obras e seu posterior abandono. Assim, os objetivos deste trabalho são: (i) justificar, à luz do contexto de 1999, a utilização de Hannah Arendt e o papel desempenhado por sua categoria de poder na construção teórica de Allen; (ii) articular possíveis hipóteses para seu abandono em 2008 e (iii) defender, apesar desse notável deslocamento teórico, linhas de continuidade significativas entre as obras de 1999 e 2008, a serem encontradas sobretudo nas reelaborações e aprofundamentos da questão do sujeito político.

Para isso, a estrutura do trabalho está dividida em três capítulos. O primeiro deve cumprir o objetivo mais amplo de contextualização do debate político feminista dedicado à categoria do poder, o qual Allen se propõe a discutir tomando como ponto de partida os aspectos produtivos e limitantes das principais concepções de poder encontradas neste cenário. Em um segundo passo, este primeiro capítulo aborda os recursos teóricos encontrados por Allen nas teorias do poder de Foucault e Butler, os quais possibilitariam, segundo a autora, uma primeira agregação dos diferentes interesses expressados nas concepções feministas de poder anteriormente discutidas. A partir disto, pretende-se apresentar o contexto que justifica a incorporação de Arendt por Allen como terceiro e último passo teórico na construção de uma teoria feminista abrangente do poder. O segundo capítulo está dividido em três seções que tem os seguintes objetivos: a primeira delas trata da utilização de Arendt e sua categoria de poder no contexto teórico de 1999, enfatizando não apenas as características originais dessa concepção, mas também seu potencial para a superação de lacunas específicas do pensamento político de Foucault e Butler; a segunda seção apresenta os elementos teóricos encontrados em Arendt que favorecem uma reelaboração da noção de solidariedade e, conseqüentemente os ganhos teóricos que essa noção traz ao feminismo em relação à elaborações de formas de ação e resistência coletiva; e a terceira, por fim, trata mais especificamente de analisar o artigo publicado por Allen no mesmo ano de sua primeira obra, o qual enfatiza a polêmica feminista entre identidade e não-identidade e a forma como Arendt passa a ser ali considerada um recurso necessário à superação desse impasse. O terceiro capítulo tem o objetivo de discutir a questão do sujeito político em *The Politics of Our Selves*, levando em consideração não apenas as reelaborações explícitas que ela sofre ali, mas também o modo como se vincula ao movimento teórico mais amplo entre ambas as obras. Contrapondo elementos que, em hipótese, distanciam e aproximam esses dois contextos teóricos, o terceiro capítulo dirige-se sobretudo ao questionamento sobre as conseqüências dessa passagem, sobretudo naquilo que refere às possibilidades de elaboração de noções de ação conjunta e resistência coletiva.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA: O CONFLITO DE POSIÇÕES NA TEORIA FEMINISTA DO PODER

O poder representa um dos principais eixos de interesse da teoria política feminista. Enquanto categoria filosófica em disputa, ela não somente gera debates significativos a respeito de seus diferentes usos e concepções, como também serve de base à discussão de uma série de outros temas caros ao pensamento feminista, como a subordinação de gênero, a sub-representação política e as possibilidades de resistência, tanto individual quanto coletiva.

Em 1999, Amy Allen dá vazão ao interesse feminista pela categoria de poder e apresenta sua primeira obra dedicada a essa categoria, buscando tanto responder à necessidade de agregar as densas e variadas contribuições do pensamento político a seu respeito, quanto responder aos objetivos práticos de um movimento que encontra nela um instrumento relevante para a compreensão e combate das relações de subordinação de gênero. Nesse sentido, a complexidade das questões encontradas em *The Power of Feminist Theory: Domination, Resistance and Solidarity* (1999) está para além da tarefa de concatenar as concepções mais difundidas de poder do pensamento feminista atual. Allen se propõe a discutir a viabilidade de uma concepção feminista de poder que encontrará suas possibilidades de elaboração através da apropriação crítica de teorias do poder tradicionalmente difundidas.

O presente capítulo tem por objeto a inserção de Allen no debate teórico feminista sobre o poder, o qual será caracterizado por ela como uma trama múltipla e não plenamente integrada de concepções concorrentes. À luz dos objetivos mais amplos deste trabalho, ele introduz questões preliminares ao problema central que será tratado a seguir, vinculado à mudança de contexto teórico entre as duas primeiras obras da autora, tendo como fio condutor a valorização e o subsequente desaparecimento da concepção arendtiana. Sendo assim, este capítulo tem a tarefa de introduzir o primeiro contexto teórico no qual Allen situa sua teoria do poder. Ele se dedica aos três primeiros capítulos de *The Power of Feminist Theory*, no qual Allen nos apresenta um campo teórico dividido por diferentes concepções de poder desenvolvidas pelo pensamento político feminista, as quais não se mostram inteiramente conscientes de suas limitações próprias e contribuições complementares.

O interesse pela categoria de poder entre as teóricas feministas é, para Allen, um fato inquestionável. Com isso, a pergunta feita nas primeiras páginas de *The Power of Feminist Theory* é “o que interessa às feministas quando estamos interessadas em poder?” (ALLEN, 1999, p. 2). Segundo a autora, as respostas que surgem serão sempre comprometidas com o tipo de objeto que guia a investigação. Dentro das articulações mais comuns da categoria de poder que implícita ou explicitamente influenciam os debates feministas, Allen destaca três: poder como dominação, poder como recurso e poder como empoderamento. Igualmente importantes, essas três articulações da categoria de poder são responsáveis por iluminar aspectos distintos da sua concepção. Porém, segundo Allen, embora cada uma dessas concepções fornecesse insights importantes sobre a experiência das mulheres, cada uma delas mostra-se individualmente inadequada (ALLEN, 1999, p. 3) pelo fato de serem capazes de focar em apenas um aspecto limitado de seu exercício. Quanto compreendido como *recurso*, o poder é visto como um bem que pode ser possuído, distribuído ou redistribuído (ALLEN, 1999, p. 7). Esse tipo de interpretação distributiva do poder implica o obscurecimento de seu aspecto relacional, que se refere a interações e estruturas sociais e não pode ser retido por uma pessoa como um tipo de bem ou objeto. Na segunda formulação, por sua vez, o poder é compreendido como um sistema de dominação masculina e subordinação feminina. O poder como dominação, recorrente entre feministas radicais como MacKinnon, Dworkin e Pateman, servirá como chave para se interpretar a própria diferença entre gêneros. Segundo Allen, de acordo com essa concepção, não faz sentido pensar o poder como um recurso que os homens possuem mais que as mulheres; ao invés disso, o poder é visto como responsável pela própria formação da divisão dicotômica entre “homens” e “mulheres” (ALLEN, 1999, p. 12). Contudo, embora essa concepção seja considerada por Allen bastante frutífera na superação de lacunas encontradas na vertente distributiva, a autora não deixa de apontar novos problemas aqui: compreender o poder como uma relação de dominação que estrutura as relações de gênero não apenas nega o poder que algumas mulheres exercem sobre outras com base em seu privilégio racial, étnico, de classe ou sexual, mas também negligencia a forma positiva de poder que as mulheres exercem quando engajadas na luta política por causas feministas (ALLEN, 1999, p. 17). Em outras palavras, o poder como dominação é demasiadamente negativo e falho em oferecer instrumentos úteis para a articulação de possibilidades de subversão das relações de dominação. Por fim, a

vertente do *empoderamento* aparece vinculada às capacidades ou habilidades específicas “do feminino”. Ao invés de serem subestimadas aos olhos da sociedade, como os trabalhos de cuidado (*care work*), essas habilidades intituladas especificamente como “femininas” são, neste contexto, compreendidas como mecanismo de empoderamento das mulheres. Segundo Allen, de acordo com essa concepção, poder é uma capacidade ou uma habilidade criativa que os indivíduos possuem *para fazer* alguma coisa, ao invés de um domínio que é exercido *sobre* os outros (ALLEN, 1999, p. 21). Contudo, o empoderamento das mulheres ou as práticas que poderiam ser vistas como “libertadoras” de uma relação de subordinação do gênero feminino ainda são baseadas nos efeitos que a dominação masculina exerce sobre ele. Allen indica que isso não significa que tais práticas² não podem ter nenhum potencial transformador. Isso significa que precisamos ter cuidado para separar os efeitos da dominação e os produtos da agência das mulheres em tais práticas (ALLEN, 1999, p. 24). Para Allen, a articulação do poder como empoderamento é tão limitada quanto o poder como dominação. Ambas as concepções enfatizam tão profundamente um único aspecto de exercício do poder que acabam por ser pouco sensíveis a outras questões transversais. O poder como empoderamento, apesar de se apresentar como uma articulação de poder que valoriza o feminino e as tarefas rotuladas como “femininas”, é pouco sensível ao questionamento da origem das tarefas nas quais o sentido do empoderamento é baseado – que, segundo Allen, é a estrutura de dominação masculina. Além disso, visto dessa maneira, essa concepção de poder pode parecer um tanto quanto míope pelo fato de não atentar para que o poder exercido pelas mulheres não é necessariamente benevolente (ALLEN, 1999, p. 25). É necessário notar que Allen não nega por completo a importância de tais articulações do poder dentro do debate político feminista, porém, afirma que “as feministas precisam de uma concepção variada e diferenciada de poder que supere essa unilateralidade conceitual” (ALLEN, 1999, p. 25).

A tentativa de reunir as articulações sobre o poder mais importantes dentro do feminismo proporciona a Allen um quadro diagnóstico bastante complexo em relação às questões e limitações que cada uma dessas concepções faz emergir. Problemáticas referentes à omissão de intersecções como raça, etnia e classe relacionadas ao poder, a

² Allen destaca principalmente as práticas maternas de cuidado, nutrição e outras habilidades rotuladas femininas como, por exemplo, a maior facilidade comunicativa e sensitiva das mulheres para com os outros e sua vinculação a trabalhos de cuidado.

linha tênue entre empoderamento e essencialização de tarefas como “femininas” e a visão liberal de poder como bem social são apenas algumas das muitas questões que Allen elenca ao longo da análise das compreensões de poder como recurso, dominação e empoderamento. Claramente, a proposta de Allen não é a de oferecer uma resposta única e direta aos problemas que se apresentam ao longo dessas concepções. Ao invés de sugerir aperfeiçoamentos a essas categorias, a tarefa de Allen parece estar aqui um passo atrás: redirecionar o interesse pela categoria de poder na direção de articulações que permitam compreender as complexas, dinâmicas e multifacetadas formas de relações de poder. Isto é, que a categoria de poder não seja fixada necessariamente em um único aspecto de seu exercício (recurso, dominação e empoderamento), mas que faça jus ao seu aspecto múltiplo e dinâmico³. Segundo Allen:

Não é suficiente para as feministas investigarem apenas uma das faces do poder – sua face de dominação ou empoderamento⁴ – e deixar por aí mesmo. Fazê-lo inevitavelmente distorce nossa compreensão da face que nós escolhemos examinar. As feministas precisam de uma concepção de poder que ilumine as múltiplas relações de poder que as feministas buscam tanto para criticar quanto para transformar. (ALLEN, 1999, p. 26)

Se nesta primeira etapa Allen se ocupa em operar um agrupamento das articulações do poder mais difundidas entre movimento e teóricas feministas, construindo um diagnóstico de suas contribuições e seus limites específicos, em um segundo passo, sua tarefa está ligada a um objetivo mais produtivo. O redirecionamento possível para superação dos impasses colocados por visões unilaterais de poder se apresenta através de uma apropriação crítica de Michel Foucault, Judith Butler e Hannah Arendt. Neste momento, é possível notar uma passagem significativa de cenários e objetivos teóricos. Entre um quadro teórico-político dado, que concatena diferentes concepções de poder já consolidadas no debate feminista, em troca da

³ Priorizar uma visão de poder que capture seu aspecto dinâmico é compreender a flexibilidade de posições que podem ser ocupadas pelos indivíduos entre si de acordo com elementos como raça, etnia e classe. É necessário que a compreensão de poder exceda papéis fixos de dominador-subordinado.

⁴ Embora o poder como recurso seja uma concepção de poder considerada por Allen, ela é prematuramente descartada. Pois, segundo a autora: 1) essa concepção obscurece uma concepção de poder relacional ao considerá-lo uma coisa; 2) este modelo distributivo de poder estimula relações engessadas em papéis do tipo dominador/subordinado o que, conseqüentemente faz com que 3) o caráter dinâmico das relações de poder seja obscurecido. Segundo Allen, por todas essas razões a concepção feminista de poder como um *recurso* que as mulheres devem ter em quantidades aproximadamente iguais ao homem é inadequada (ALLEN, 1999, p. 10-11).

formulação de um novo quadro geral do poder através da consolidação de pontos de convergência entre dois campos teóricos usualmente opostos entre si – de um lado, a vertente pós-estruturalista de Foucault e Butler e, de outro lado, o referencial normativo de Arendt. Embora a tentativa de conciliar campos tão diferentes pareça ser uma tarefa difícil, Allen segue inicialmente por um caminho não tanto ambicioso. O objetivo de aderir a novos referenciais teóricos se liga à intenção de, ao invés de uma acomodação total desses referenciais, apenas a captura dos pontos específicos de convergência a fim de facilitar a formação de um campo comum entre eles. Dessa forma, através de um movimento crítico e apropriativo, Allen procura superar não apenas alguns dos problemas mais limitadores das articulações anteriores, como também introduzir nesse campo uma perspectiva de poder que possibilite noções de resistência e coletividade.

É possível notar uma continuidade entre os dois quadros. Como alternativa ao impasse entre dominação e empoderamento, Foucault e Butler compartilham uma visão do poder que consegue ir além desse impasse e oferecer uma proposta mais sensível a partir de uma dupla acepção de poder como restrição (*constraint*) e permissão (*enablement*). Enquanto isso, Arendt aparece aos olhos de Allen como um recurso que é complementar ao que é dado como falho nas apresentações de Foucault e Butler, cumprindo o papel essencial de proporcionar uma visão de poder que é propenso a formas de resistência e ação coletiva, um registro de poder que não é disponível ao quadro pós-estruturalista, dada sua compreensão fortemente vinculada a fins estratégicos. A linha argumentativa geral de Allen, também neste aspecto, continua seguindo na direção de uma complementariedade entre os autores trabalhados. Dessa forma, o uso de cada referência teórica parece ser justificada pelo potencial de complementar lacunas existentes na referência anterior.

Entre Foucault e Butler é possível notar uma maior confluência de saída em relação a seus respectivos quadros teóricos. Em um primeiro passo, Allen apresenta a concepção de poder em Foucault e enfatiza sua postura crítica às concepções clássicas de poder, ligadas a modelos do tipo “comando-obediência”. Ao contrário disso, Foucault vê o poder de uma maneira singularmente expansiva: o poder, para Foucault, é rico em recursos, generoso em seus métodos, variado na utilização de táticas e altamente inventivo em seus métodos de mobilização (ALLEN, 1999, p. 31). Tal abordagem do poder em Foucault é alavancada pelo seu estudo do poder disciplinar e

regulatório exercidos através das instituições da sociedade moderna. A partir disso, Foucault é capaz de oferecer uma visão de poder a partir da qual “individuals are both *subject to the constraints* of social relations of power and simultaneously *enabled to take up the position of a subject* in and through those very constraints” (ALLEN, 1999, p. 33). Ou seja, sua análise ilumina dois aspectos do poder relacionado ao sujeito: seus dispositivos normalizadores e disciplinatórios que têm por objetivo a regulação e o adestramento de corpos através de uma matriz padrão do que é “aceitável” e, ao mesmo tempo, capacita ou empodera os indivíduos, posicionando-os como sujeitos dotados da capacidade de agir (ALLEN, 1999, p. 51). Nesse sentido, Allen vê em Foucault uma consideração do poder bastante original e útil ao feminismo, visto que através dela se torna possível tratar da complexa interação entre dominação e empoderamento sem, ao mesmo tempo, recair em unilateralidades essencialistas:

Foucault’s analysis of power, by contrast, highlights the ways in which power both *constrains* individuals by subjecting them to regulation, control and normalization and, at the same time, *enables* or empowers individuals by positing them as subjects who are endowed with capacity to act (ALLEN, 1999, p.51).

Embora Allen encontre em Foucault tais recursos teóricos que são cruciais para uma concepção de poder mais abrangente e flexível, são observadas algumas limitações relevantes a serem analisadas. Para Allen, as principais insuficiências estão no que ela chama de “problema da resistência” e “problema da agência”⁵. Os dois problemas derivam do fato de Foucault propor uma análise conceitual ainda insuficiente. No primeiro caso, a falha está na falta de “uma descrição detalhada da resistência como um fenômeno empírico em qualquer análise genealógica” quando, em vez disso, “tudo o que ele [Foucault] faz é postular a necessidade conceitual de resistência, que é insatisfatória sem uma explicação de como a resistência funciona, o que a torna efetiva ou ineficaz, o que a legitima, o que a motiva e assim por diante” (ALLEN, 1999, p. 54). Relacionado a isso, o “problema da agência” ou ainda, o “paradoxo da agência” também se funda na falta de esclarecimento conceitual sobre a interação do poder como restrição e permissão. Neste ponto, Allen se refere ao duplo sentido empregado por Foucault à palavra sujeito (*subject*). Foucault, por um lado, concebe que todos nós estamos/somos

⁵ O “problema da solidariedade” deve ser abordado por fim junto à utilização que Allen faz de Arendt.

sujeitos ao poder, no sentido de que “nós somos sempre sujeitos no sentido de estarmos sujeitos a uma miríade de relações de poder” e, pelo outro lado, “somos sempre sujeitos no sentido de ter a capacidade de agir” (ALLEN, 1999, p. 55). A oscilação entre uma visão determinista e voluntarista, segundo Allen, leva Foucault ao que ela nomeia de “paradoxo da agência”. A fim de evitar tal tensão e, ao mesmo tempo manter o ganho teórico desta abordagem, Allen aponta a necessidade de “uma consideração do que opera a mediação entre a agência dos sujeitos e o poder que os sujeita” (ALLEN, 1999, p. 56).

A necessidade de suplementar a noção foucaultiana de poder nos aspectos levantados acima leva Allen à obra de Judith Butler dos anos 1990, sobretudo ao livro *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*, além de alguns escritos posteriores. Essa inserção é justificada pela ampliação do poder que Butler oferece, de modo a superar algumas das lacunas encontradas por Allen na obra de Foucault. A teoria da performatividade, principal marco teórico de Butler nos anos que cercam *Problemas de Gênero*, contém em sua base uma versão ampliada da visão foucaultiana de poder que agrega alguns elementos bastante importantes que foram negligenciados na análise de Foucault, como uma consideração do que permite a mediação entre os dois polos de sujeição, entre os sujeitos individuais e as normas normalizadoras de sexo e gênero às quais eles estão sujeitos (ALLEN, 1999, p. 65). Butler é responsável não apenas por observar e analisar distinções cruciais ao aprofundamento do debate feminista, como a compreensão do sexo e do gênero como dissociáveis, mas, a partir da teoria da performatividade, Butler “tenta explicar a inter-relação entre as normas de gênero opressoras e as possibilidades de resistência a tais normas que são abertas pela performance de gênero” (ALLEN, 1999, p. 67). Contudo, a teoria da performatividade ainda carrega consigo a impossibilidade de solucionar alguns dos principais problemas apresentados na visão foucaultiana de poder. O principal deles, segundo Allen, é o paradoxo da agência. Isso pelo fato de que Butler em sua primeira obra ainda não tem “uma consideração sobre aquilo que faz a mediação entre as normas compulsórias da dominação heterossexista e os indivíduos *sexed/gendered* que performam as mesmas” (ALLEN, 1999, p.71). O que, segundo Allen, faz com que seus leitores de *Problemas de Gênero* sejam deixados “com o sentimento paradoxal que a resistência ou é completamente impossível, ou então, muito fácil” (ALLEN, 1999, p. 71).

Em relação a trabalhos posteriores ⁶ de Butler, que reconsideram e esclarecem alguns desses impasses ⁷ deixados em aberto na teoria da performatividade, como o próprio paradoxo da agência, Allen destaca a noção de “citationalidade” que Butler deriva de Derrida. Allen salienta a mudança significativa que ocorre após a noção de citacionalidade ser inserida por Butler à teoria da performatividade: segundo a autora, essa reformulação permite uma resposta mais favorável sobre o modo como funciona a interação entre poder como restrição e poder como agência. Com efeito, Butler justificaria de forma mais clara que o gênero enquanto performatividade não é totalmente determinado pelas regras e normas que o atingem – em um sentido determinista – e, ao mesmo tempo, não se caracteriza por uma questão de mera escolha sobre quais normas ou quais regras irão ser performadas. Segundo Allen:

Nessa visão reformulada, as definições culturais hegemônicas que governam a produção da sexualidade (e, portanto, os corpos sexuados) não podem se reproduzir e sustentar por si só; ao contrário, devem ser citados ou reinterpretados por indivíduos para reproduzir e sustentar elas mesmas (ALLEN, 1999, p. 72).

Aos olhos de Allen, a formulação madura da teoria da performatividade reúne alguns dos elementos fundamentais que permite uma visão do poder que vai além do paradoxo da agência. Allen indica que Butler, a partir disso, é capaz de esclarecer que “a performance de gênero não é um ato voluntário que simplesmente escolhe qual sexo ou gênero deve ser; ao contrário, é uma reiteração obrigatória de normas que constroem indivíduos como sexuados e generificados (*gendered*)” (ALLEN, 1999, p. 73). Assim, Allen indica encontrar em Butler o elemento em falta na consideração foucaultiana sobre a interação entre poder como restrição e permissão (agência). A noção de citacionalidade, como incorporada por Butler, oferece o recurso teórico necessário para uma saída positiva ao paradoxo da agência. Através dela, Butler consegue enfatizar o caráter frágil ou instável da norma, que demanda sua reiteração e citação constante por

⁶ *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of “Sex”* (1993), *Feminist Contentions: A Philosophical Exchange* (1995) e *Exitable Speech: A Politics of Performative* (1997).

⁷ Em 1990, Butler na sua abordagem feminista do poder em Foucault já se posiciona de forma clara a respeito da necessidade não apenas de compreender o alcance da matriz disciplinar do poder na formação da identidade de gênero, mas também, principalmente, na necessidade de crítica e tentativa de subversão de tais normas e regras. Porém, segundo Allen, Butler não oferece, neste contexto, os recursos teóricos necessários que sustentariam a relação de subversão que os sujeitos são capazes de exercer frente às normas que os produzem.

aquele que se sujeita a ela. Desta forma, segundo Allen, essas normas são, em princípio, irrealizáveis e, o próprio fato de terem que ser citadas para permanecer em vigor abre um espaço para sua subversão (ALLEN, 1999, p. 74).

De fato, Butler representa uma articulação interessante da categoria de poder a partir de Foucault aos olhos do feminismo. Sua teoria da performatividade e as reformulações posteriores a partir da noção de citacionalidade oferecem um caminho indiscutivelmente útil para a consideração da dupla inscrição do poder no sujeito como regulação e agência, sem que haja a necessidade de pensá-los separadamente, ou que isso necessariamente gere o que Allen chama de paradoxo da agência. Contudo, é necessário apontar que Butler responde apenas parte dos objetivos de Allen em relação à sua tarefa de entregar ao feminismo uma nova concepção de poder. Allen aponta pelo menos três limitações significativas. A primeira delas, sobre o desconforto de Butler em aderir explicitamente a uma dimensão normativa como base da sua crítica às normas de gênero. Segundo Allen, sua teoria da performatividade já depende fundamentalmente de uma base não tão contingente, mesmo que Butler não reconheça isso (ALLEN, 1999, p. 76). A falta de distinções normativas mais claras leva Butler à dificuldade de sustentar possíveis usos positivos do poder e, além disso, um tipo de normatividade que não seja necessariamente excludente. A segunda limitação está no que Allen indica ser a tendência a um monismo linguístico. Esse aspecto diz respeito ao tipo de abordagem que Butler tem sobre formação da identidade como reiteração e produção de discursos. A consequência da ênfase exacerbada dada à dimensão discursiva é acabar por obscurecer outras dimensões e práticas não discursivas do processo de subjetivação. Além disso, segundo Allen, Butler não é capaz de explicar como, então, o discurso pode ser todo poderoso e, ao mesmo tempo, inerentemente defeituoso e ineficaz (ALLEN, 1999, p.78) ou ainda: por que essas normas linguísticas são poderosas o suficiente para nos constituir, mas não são poderosas o suficiente para nos constituir da maneira que as agrade? (ALLEN, 1999, p. 79). Por fim, a terceira e última limitação é compartilhada também por Foucault e se relaciona à dificuldade de Butler em agregar ao seu quadro teórico noções de resistência e solidariedade. Um dos fatores que leva Butler a essa dificuldade é o seu posicionamento negativo a respeito da consolidação de uma identidade ou unidade política. Ao contrário disso, Butler vê a tentativa de estabelecer uma identidade ou unidade estável para o sujeito do feminismo como mecanismos inerentemente excludentes ou dominadores. Em sua obra de 1990, ela argumenta

criticamente contra um feminismo que se funda sob uma categoria de mulher como sujeito coerente e estável. Em troca da insistência em consolidar uma categoria abstrata – que em sua maior parte é cega às diversas intersecções que constituem o que é ser mulher – Butler propõe “uma política feminista que tome a construção variável da identidade como um pré-requisito metodológico e normativo, senão como um objetivo político” (BUTLER, 1990, p. 25). O efeito disso – da crítica radical de Butler à falsa universalidade da categoria de mulher – segundo Allen, é colocar em risco a própria unidade prática do movimento, ou seja, dificultar a compreensão de formas de vínculo e poder coletivo que sustentam e nutrem o movimento feminista – um movimento que impõe suas demandas em nome das mulheres: a saber, o poder da solidariedade (ALLEN, 1999, p. 80). É possível dizer que a dificuldade de Butler em oferecer formas de pensar ação coletiva ou, o que Allen chama de “o poder da solidariedade”, não é, de alguma forma, algo inesperado. Ao contrário disso, parece ser um resultado que decorre das próprias características que moldam seu quadro teórico – como a recusa de distinções normativas mais explícitas e sua forma de crítica radical à identidade política – que a encaminham a uma articulação de poder que dificilmente seria compatível com formas coletivas de poder e ação.

Embora a concepção de poder em Butler traga contribuições significativas à reflexão feminista, elas deixam certo vazio naquilo que se refere a sua ação política. Apesar da indiscutível utilidade de Butler não apenas como recurso suplementar ao que é deixado como impasse em Foucault, mas também ao aprofundamento teórico das mesmas questões, a necessidade de superar suas limitações também é manifesta. As mesmas são, em conjunto, bastante relevantes e dizem respeito a aspectos que já foram alvo de críticas⁸ ao trabalho de Butler. As duas primeiras limitações encontradas – sobre o déficit normativo e o foco estreito na dimensão discursiva do processo de subjetivação – parecem encontrar possíveis respostas na própria obra de Butler ou a partir dela. Uma sugestão para respondê-las, como coloca Allen, seria: um posicionamento mais explícito de Butler sobre as bases normativas que, segundo Allen, já compõem a sua

⁸ Allen cita, por exemplo, as críticas feitas Jacqueline Zita e Jodi Dean. Zita, reiterando a importância da dimensão corporal para a análise da subjetividade e a proposta de uma teoria feminista alternativa do corpo, em resposta à tendência pós-moderna de redução do corpo à uma produção discursiva (ALLEN, 1999, p. 77) e Dean enfatizando as limitações que o trabalho de Butler enfrenta em as dimensões positivas e comunicativas de interação.

crítica e como possível resposta ao monismo linguístico, colocar Butler mais próxima da sua raiz foucaultiana (ALLEN, 1999, p.79).

Porém, a última limitação levantada por Allen ganha destaque sob dois aspectos. Em sentido mais amplo, diz respeito a uma das partes de interesse do projeto geral que circunda a obra de Allen em 1999: oferecer uma concepção feminista de poder capaz de teorizar dominação, resistência e solidariedade. E, por outro lado, ela representa o impasse teórico que direciona e justifica a escolha de Allen sobre a introdução do próximo referencial conceitual necessário à ampliação política da concepção de poder, a ser encontrado na obra de Hannah Arendt.

Apesar de Allen manter uma postura mais otimista em relação à tentativa de superação das duas primeiras limitações, a terceira delas – uma dificuldade compartilhada tanto em Foucault como em Butler – impõe a necessidade de que Allen vá além do quadro pós-estruturalista. Mesmo admitindo um quadro “radicalmente diferente” ou talvez “filosoficamente incompatível” (ALLEN, 1999, p.82), Allen busca uma consideração do poder que exceda sua dimensão estratégica e proponha formas coletivas de exercício. Dado isso, Allen apresenta uma tentativa de apropriação de Arendt que difere da tendência de outras ⁹ apropriações já feitas pelo feminismo. Seu foco está direcionado não apenas “aos recursos teóricos que podemos extrair do trabalho de Arendt [...] para iluminar os eixos de dominação e subordinação baseados no gênero, raça, classe e sexualidade” (ALLEN, 1999, p. 87), mas, além disso, “destacar as possibilidades de resistência individual e coletiva a tal dominação” (ALLEN, 1999, p. 88). Tais possibilidades são impulsionadas pelo pensamento político arendtiano através de distinções normativas relevantes, como a feita entre poder e violência e a sua compreensão da identidade política através de um “modelo dialético de identidade de grupo” apresentado como alternativa às noções essencialistas e excludentes de identidade.

A inserção de Arendt no curso argumentativo da obra de 1999 deve cumprir o papel de oferecer uma análise do poder que supere alguns impasses deixados pelo quadro pós-estruturalista e, concomitantemente a isso, entregar a possibilidade de uma

⁹ Allen aponta as dificuldades enfrentadas em apropriações de Arendt que intencionam a avaliação das suas implicações como um todo da perspectiva da teoria feminista. Algumas dessas dificuldades estão situadas na falta de considerações satisfatórias sobre questões referentes ao “problema da mulher” ou ao movimento feminista em seu pensamento político.

dimensão coletiva do poder que, junto a uma consideração sobre a dominação e a resistência, preencher um dos eixos de principal interesse que o feminismo tem ao estudar o poder. Dessa forma, o uso de Arendt feito por Allen é interessante em muitos aspectos, mas, principalmente, se analisado em conjunto com os referenciais teóricos anteriores, no intuito de observar o movimento de complementariedade que introduz e justifica a posição de cada um deles dentro do percurso proposto pela autora. Tudo indica que Arendt ocupa um papel de destaque dentro da obra, não apenas por sua posição privilegiada como último referencial teórico mobilizado – e por permitir, de alguma forma, que sejam reiteradas e reelaboradas algumas das limitações anteriores – mas também pelo fato de oferecer recursos teóricos propícios para pensar ação coletiva e resistência através de sua vinculação entre poder e solidariedade. Porém, é necessário que seja levado em consideração que o uso de Arendt, apesar de apresentar uma solução bastante positiva para superar considerações do poder apenas como dominação, não significa a resposta para todos os problemas de Allen. Assim como a inserção de Butler cumpre o papel de ampliar e complementar a articulação de poder em Foucault – e, ao mesmo tempo encontrar respostas para suas limitações nele –, o uso de Arendt também carece de uma interpretação que considere seu papel complementar em relação às outras dimensões do poder.

A grande tarefa de integrar diferentes concepções de poder em um campo teórico comum em nome de uma nova concepção feminista de poder presume o movimento cuidadoso de complementariedade que está em curso durante toda obra de 1999. Desta forma, a tarefa de avaliar a importância que Arendt atribui a ela deve considerar todos os passos anteriores à sua inserção. Assim, o espaço dedicado à Arendt é, antes de qualquer coisa, justificado pela sua capacidade de complementar lacunas deixadas pelas concepções de poder apresentadas anteriormente – sendo, de alguma forma, também dependente da complementação dos referenciais anteriores – e, sobretudo, agregar a possibilidade de restauração da unidade política que é fundamental ao movimento feminista.

O próximo passo consiste em analisar a apropriação de Arendt por Allen e os conceitos de seu pensamento político que serão resgatados de modo a permitir que uma dimensão de poder coletivo pareça disponível ao debate feminista. Além disso, deve-se levar em consideração o movimento original de aproximação e complementariedade que

Allen propõe em sua decisão de trabalhar com dois campos teóricos usualmente tratados como incompatíveis. Dessa forma, o segundo capítulo tem como objetivo levantar as principais questões que dizem respeito à inserção de Arendt no percurso de 1999 e sua importância ao longo do projeto de Allen.

2 RECONECTANDO ESTRUTURAS: ANÁLISES DA CATEGORIA DE PODER

Reconectar os diferentes movimentos teóricos das duas obras de Amy Allen aqui estudadas equivale, de modo geral, à tentativa de traçar uma linha explicativa para a configuração do problema do sujeito político – “the problem of subject”. Em *The Power of Feminist Theory: Domination, Resistance, Solidarity* (1999), Allen apresenta o projeto de conectar em toda sua complexidade as variações da categoria de poder tal como desenvolvida no debate teórico feminista. O objetivo deste capítulo é não apenas mapear os pontos centrais da obra de 1999 que norteiam grande parte das questões trazidas pela autora em 2008, mas analisar, através da função cumprida pela concepção arendtiana de poder e sua posterior substituição, a trajetória teórica percorrida por Allen na configuração do problema do sujeito político – ainda não nomeado em 1999.

2.1 Poder e ação coletiva

O poder só é efetivado onde a palavra e o ato não se divorciam, onde as palavras não são vazias e os atos não são brutais, onde as palavras não são empregadas para velar intenções, mas para desvelar realidades, e os atos não são usados para violar e destruir, mas para estabelecer relações e criar novas realidades.

(Hannah Arendt, A Condição Humana)

No quarto capítulo da sua obra de 1999, “The Power of Solidarity: Hannah Arendt”, Amy Allen se dedica a analisar o uso da categoria de poder no pensamento político de Hannah Arendt, explicitando suas características centrais e, principalmente, defendendo seu potencial produtivo para a articulação de ideias necessárias à teoria feminista, como as de resistência coletiva e agência política.

É através de uma proposta de aproximação entre quadros teóricos de Arendt, Foucault e Butler que Allen estrutura este capítulo e traça similaridades e distanciamentos entre eles em relação ao seu uso da categoria de poder. No balanço pretendido entre esses autores, a busca de similaridades e diferenças visa não à contraposição de seus arcabouços teóricos, mas à articulação de possíveis pontos de

complementação entre eles para uma análise mais rica e complexa da categoria de poder. Pois, como foi tratado no capítulo anterior, é possível notar a intenção de Allen em propor um movimento de complementariedade que introduz e justifica os autores no curso argumentativo de sua obra. Assim como Foucault e Butler, Arendt é utilizada de forma a superar algumas das limitações encontradas nas concepções pós-estruturalistas que, embora tragam contribuições significativas para a elaboração de uma nova concepção de poder, são incapazes de fornecer noções de ação coletiva e resistência. Portanto, é importante que a utilização de Arendt seja compreendida também levando em consideração os movimentos argumentativos que acontecem anteriormente a ele, ou seja, que seja considerada sua função complementar às limitações das concepções de poder anteriores e também as suas próprias limitações que serão indicadas por Allen.

Em seu aspecto complementar, introduzir a categoria de poder arendtiana neste contexto significa, segundo Allen, uma tentativa de “oferecer uma visão do poder que pode nos ajudar a criar laços solidários que unem membros dos movimentos sociais e fazem a resistência coletiva possível” (ALLEN, 1999, p.88). Para tanto, será necessário lidar com essa categoria levando em consideração os conceitos centrais que perfazem seu pensamento político mais amplo – como ação, discurso e espaço público – os quais permitirão ao poder engendrar as noções de resistência e coletividade que são buscadas por Allen.

O capítulo em questão resulta de um balanço entre concepções diferentes de poder e a apresentação de uma possível chave positiva para ele. Ele nos conduz a uma concepção nova de poder, a qual permite conceber modos de resistência operados através de uma perspectiva de compartilhamento de traços comuns e laços de solidariedade entre participantes de uma ação conjunta mediada linguisticamente. Porém, essa mesma concepção também apresentará algumas limitações, como a limitação da análise das relações de poder essencialmente ao espaço político. Quer dizer: se por um lado Arendt é útil aos olhos de Allen por trazer uma concepção de poder ligada a um potencial positivo de ação e criação no espaço público, construindo laços de solidariedade entre os membros, Arendt ao mesmo tempo parece concebê-lo através de “uma imagem ingênua das relações de poder”¹⁰ que é singularmente inútil para teorizar as relações sistêmicas de dominação contra as quais esses atores lutam

¹⁰ “*a rosy picture of power relations*” (ALLEN, 1999, p. 110)

(ALLEN, 1999, p. 111) – resultado de uma concepção que não abrange a possibilidade de avaliar a atividade do poder ligada à esfera privada do lar, bem como seu exercício relacionado a posições de comando e obediência.

O poder para Arendt é uma categoria comunicativamente produzida, a qual não pode ser isolada do conjunto mais amplo de seu pensamento político. Nesse sentido, é necessário que a mesma seja colocada no contexto de outros termos do léxico político arendtiano, com o qual está intimamente relacionado: pluralidade, ação e promessa (ALLEN, 1999, p. 100). O exercício de compreender esse conceito não como um nome solto, mas como parte integrante de um sistema de pensamento mais complexo faz com que seja possível marcar a importância do poder como uma categoria criativa e central ao pensamento político arendtiano. Em *A Condição Humana* (1958), Arendt busca a construção de um pensamento político que combate a abordagem tecnicista da política, segundo a qual problemas sociais são respondidos através da administração burocrática ou gestão eficiente dos recursos públicos, bem como uma concepção atomizada dos sujeitos sociais. Com efeito, o indivíduo pensado por Arendt está ligado fortemente à sua capacidade de ação, criação e vinculação à comunidade política. Transpassada a visão de uma política instrumental, a concepção de política arendtiana é direcionada pela condição humana de natalidade, canalizada na capacidade de criar e iniciar novos processos através do ato e da palavra. A forma encontrada por Arendt para analisar as atividades humanas de criação e apropriação no mundo é dada através do termo *Vita activa*, que concentra a compreensão dos três principais eixos da atividade humana e das coisas produzidas por ela. Esses eixos, “trabalho”, “obra”, e “ação”, constituem não apenas o complexo de atividades humanas mantenedoras da própria existência humana, mas é chave de compreensão para a estrutura geral da vida social. O trabalho é uma atividade baseada na força humana com vistas apenas à subsistência, à reprodução dos ciclos biológicos; a obra, por sua vez, é vista como uma elaboração mais complexa da própria realidade, vinculada à capacidade criar e acrescentar artefatos com funções específicas ao mundo.

Diferentemente dessas outras atividades da *Vita activa*, a ação se destaca como um eixo fundamental para a estruturação da esfera pública e da vida política. Segundo Arendt, “todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos; mas a ação é a única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade

dos homens” e assim segue que “só a ação é prerrogativa exclusiva do homem; nem um animal nem um Deus é capaz de ação, e só a ação depende inteiramente da constante presença dos outros” (ARENDT, 1958, p. 31). A capacidade de ação é dada como uma característica única ao homem e o eleva ao posto de ator social, alguém dotado da capacidade de produzir sua própria história no instante em que ele, inserido na esfera pública, interage com seus pares e dá forma à estrutura social e política. Através da capacidade de agir dada coletivamente entre o convívio dos homens, no uso da palavra e do discurso, “a ação, na medida em que se empenha em fundar e preservar corpos políticos, cria a condição para a lembrança, ou seja, para a história” (ARENDT, 1958, p. 16-17). E dentre as três atividades humanas, “a ação é a atividade política por excelência”, fazendo com que sua capacidade criadora de laços humanos, vale dizer, “a natalidade, e não a mortalidade, deva constituir a categoria central do pensamento político [...]” (ARENDT, 1958, p. 17). Além da capacidade de agir estar diretamente relacionada ao coletivo, a ação se baseia em um princípio de pluralidade. Desta forma, a esfera pública delineada por Arendt se afasta profundamente de um sistema de atomismo social, carregando consigo o elemento de pluralidade que faz com que esse espaço seja experienciado pelos indivíduos como um espaço de igualdade, o que não significa, necessariamente, a extinção das singularidades.

Ação, pluralidade e esfera pública são conceitos que perfazem e costuram o conjunto da filosofia política proposta por Arendt e se fazem indispensáveis para a localização da categoria de poder que começa a se revelar de forma mais clara a partir desse contexto. É evidente, para Allen, o entrelaçamento que estes conceitos mantêm um com o outro na concepção arendtiana de político, bem como a especificidade da concepção de poder em seu interior. Allen diz:

Pluralidade, ação, e esfera pública estão relacionadas ao poder em pelo menos dois modos distintos, embora interconectados. Primeiro, (...) o poder é em algum sentido resultado dos esforços coletivos dos atores. Segundo, o poder, por sua vez, fornece a condição de possibilidade para a esfera pública na qual os atores se unem e perseguem os projetos coletivos que dão origem ao poder. (ALLEN, 1999, p.101)

Na possibilidade de integração livre e igual entre os indivíduos neste espaço, o poder se dá como uma potencialidade e vem a ser efetivado através da formação de uma ação conjunta tecida a partir de uma pluralidade de consciências. Como ninguém possui verdadeiramente o poder, dado que ele surge entre sujeitos que atuam em conjunto e desaparece quando eles novamente se dispersam (ARENDDT, 1958, p. 212), o poder em Arendt pode ser visto como um fenômeno específico do coletivo tomado enquanto organização política. Desta forma, é na esfera pública que o poder encontra seu espaço de efetivação através da capacidade humana de unir-se uns aos outros, formando conexões intermediadas por interações linguísticas livres e pela sua capacidade de agir em conjunto.

Com o objetivo de iluminar tais aspectos, um dos primeiros passos dados por Allen em sua apresentação da concepção de poder arendtiana é o de chamar a atenção para a importante diferenciação que Arendt faz entre poder e violência. Segundo Allen, a tentativa de compreender essas distinções é uma estratégia que não apenas nos permitirá compreender a teorização de Arendt sobre o poder mais profundamente (ALLEN, 1999, p. 98), mas também iluminar o modo pelo qual Arendt afasta sua concepção de poder de modelos de comando-obediência ou formas instrumentais do seu exercício. Para isso, Allen faz remissão a algumas das principais obras de Arendt que são dedicadas a essa tarefa. Uma delas, *Sobre a violência* (1969), ensaio organizado em três partes, marca um momento de reflexão sobre a relação entre o uso da violência e as experiências políticas. Neste contexto, Arendt coloca em questão a linha tênue entre poder e violência como fenômenos da esfera pública e, além disso, se ocupa em distinguir e delimitar analiticamente o poder – sua forma específica de exercício e finalidade – de outras formas deturpadas de sua operação. Apesar da tarefa de diferenciação parecer difícil, dado que o poder e a violência parecem andar próximos um do outro em diversas ocorrências, é possível demarcar entre eles diferenças relevantes a respeito dos seus propósitos e funções dentro da esfera pública. Enquanto formas de violência se caracterizam por relações do tipo comando-obediência que, muitas vezes, dependem de instrumentos – punhos, armas, exércitos – para apoiá-lo, o poder para Arendt, pelo contrário, não depende de instrumentos, mas de números¹¹

¹¹ A partir da obra *A Condição Humana* poderíamos argumentar que o poder depende e não depende de números. Ele depende de números dado que o único fator “material” indispensável apresentado por Arendt para a geração do poder é a convivência entre os homens (ou seja, o poder parte de uma ação em

(ALLEN, 1999, p. 98). Além disso, considerar a violência como instrumental implica que, ao contrário do poder, ela se caracteriza como um mero meio para um determinado fim. O poder, pelo contrário, é um fim em si mesmo e, segundo Allen, “como um fim em si mesmo, o poder é, por sua própria natureza, legítimo; sua legitimidade é derivada das ações coletivas recíprocas que dão origem ao poder” (ALLEN, 1999, p. 98). Assim como Allen coloca nesta passagem, a caracterização que Arendt faz do poder em distinção à violência tende a enfatizar seu caráter humano e não instrumental. Segundo Arendt, em sua obra de 1969, “o poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido” (ARENDR, 1969, p. 36). Assim, é possível dizer que o poder tem como seu material necessário para efetivação o próprio indivíduo enquanto unido aos demais e seu terreno próprio na pluralidade do espaço público. Potencialmente dado na reunião dos homens enquanto livres e iguais, o poder, não é um instrumento que pode ser possuído ou guardado ¹², mas um fenômeno de caráter instável que tem sua legitimidade em um estar junto inicial ¹³ e remete constantemente a uma noção de ação em concerto.

Na apresentação das distinções feitas por Arendt não apenas entre poder e violência, mas também entre força e autoridade ¹⁴, Allen vê no caráter não instrumental – mas relacional e coletivo – do poder em Hannah Arendt, uma das pontes de similaridade mais interessantes que pode ser construída entre Arendt, Foucault e Butler. Pois embora Arendt, de um lado, e Foucault e Butler, de outro, encontrem-se em campos teóricos bastante diferentes, Allen verifica entre eles o ponto em comum de que os três recusam uma concepção de poder vinculada a relações de comando-obediência – apesar de fazerem isso por razões diferentes. Enquanto Foucault e Butler justificam a

conjunto). Em outro sentido, o poder se mostra relativamente independente de números. Segundo Arendt “[...] a história registra não poucos exemplos de países pequenos e pobres que levam a melhor sobre nações grandes e ricas [...]; o poder da minoria pode ser superior ao da maioria” (ARENDR, 1958, p. 213)

¹² O fato do poder ser um fenômeno instável vinculado necessariamente ao coletivo é um dos pontos que o mantém ainda mais discernível da violência. Sobre isso e sua característica não-instrumental, segundo Arendt em 1958: “[...] o poder não pode ser armazenado e mantido em reserva para casos de emergência, como os instrumentos de violência: só existe em sua efetivação.” e em “O poder é sempre, como diríamos hoje, um potencial de poder, não uma entidade imutável, mensurável e confiável como a força.” (ARENDR, 1958, p.212).

¹³ Sobre a questão da justificação e legitimidade do poder, ver *Sobre a Violência* (1969), página 41.

¹⁴ Seguida da diferenciação entre poder e violência, Allen apresenta também as distinções feitas por Arendt entre força e autoridade. Apesar da autoridade e da força funcionarem através de modelos de comando-obediência, assim como a violência, a autoridade tem como base de funcionamento o respeito a posições dentro de hierarquias e a força, segundo Allen, é uma propriedade ou característica que é inerente a um indivíduo que o permite comandar ou convencer outros indivíduos (ALLEN, 1999, p.99).

recusa pela alegação de que o modelo comando-obediência falha em capturar a dimensão produtiva do poder, Arendt critica este modelo com base no fato de que ele interpreta erroneamente a natureza da política, pressupondo que os seres humanos só conseguem coexistir em uma comunidade política quando alguns comandam e outros obedecem (ALLEN, 1999, p. 92). Arendt, portanto, rejeitaria esse modelo em favor de uma compreensão mais positiva, talvez até excessivamente otimista, do poder como a capacidade de agir em concerto (ALLEN, 1999, p. 93).

A tarefa de Allen em apresentar essa “aliança improvável” entre Foucault, Butler e Arendt é mostrar que, embora os mesmos pareçam estar em planos filosóficos inteiramente diferentes, é possível que alguns pontos de proximidade sejam encontrados como, por exemplo, — uma das proximidades mais interessantes entre eles, segundo Allen — a recusa de Foucault, Butler e Arendt em relação ao poder vinculado a modelos comando-obediência. Além desse ponto de contato, Allen ainda considera outras quatro similaridades que podem ser encontradas entre eles. Embora seja necessário analisá-las aqui, parece interessante também questionar o objetivo que está de pano de fundo nessa tarefa. Pois, como veremos, as similaridades destacadas por Allen entre Foucault, Butler e Arendt não dizem respeito ao recurso teórico específico que Allen busca em Arendt, que é o conceito de solidariedade, apesar de ajudarem a pensar um campo teórico menos controverso entre eles no que diz respeito à categoria de poder. O ponto fundamental de Allen em buscar estabelecer similaridades entre esses referenciais — apesar de posteriormente ela também indicar distanciamentos relevantes entre eles — parece girar em torno do objetivo de salientar as proximidades teóricas compartilhadas, diferenças, contribuições e limites particulares para que, por fim, Arendt não pareça estar em um plano totalmente diferente de Foucault e Butler. O esforço de Allen nesta seção que ela mesma intitula como “Foucault, Butler e Arendt: uma aliança improvável” parece estar para além de traçar meras similaridades que podem ser destacadas quando nos esforçamos em analisar suas concepções de poder, mas, além disso, tornar menos improvável um quadro teórico que se propõe a unir *insights* de autores de vertentes tão diferentes entre si.

Sobre as similaridades, além da postura compartilhada entre Foucault, Butler e Arendt em relação às limitações de modelos comando-obediência, Allen considera o compartilhamento de uma postura crítica que esses autores adotam em relação à

dialética Hegeliana. Esse ponto de convergência se resume à ideia de que ambos os pós-estruturalistas e Arendt fundam a sua visão da política e da história através de uma perspectiva de instabilidade e criatividade humanas. Grosso modo, é possível ver que há um princípio de ação e a possibilidade de gerar algo novo – talvez mais explicitamente demarcado na teoria política arendtiana – que circunda tais quadros teóricos e que os fazem abertos a ideias de ressignificação e revelação de novos cursos de história. Uma constante de novos acontecimentos e inícios imprevisíveis que geram rupturas e descontinuidades na história são pontos característicos compartilhados por Foucault, Butler e Arendt. Assim, a trajetória humana e o conceito de história são tratados não a partir de uma suposta estabilidade de fluxo de acontecimentos, mas através de um elemento de instabilidade que é próprio do agir, tendo como resultado consequências incontrolláveis que fazem com que a história seja concebida como processo¹⁵ aberto e indeterminado. Contudo, assim como a recusa a modelos de poder do tipo comando-obediência, o elemento de aproximação apresentado aqui – a concepção aberta e indeterminada de história – que é compartilhado por Foucault, Butler e Arendt, também se dá por razões diferentes. Enquanto Foucault e Butler são críticos à filosofia da história Hegeliana e à sua dialética pelo motivo de acreditarem que ela é uma ferramenta metodológica limitada para historiadores, a noção de descontinuidade histórica de Arendt é motivada pela emergência do totalitarismo (ALLEN, 1999, p.90). Apesar de estarem posicionados dessa forma por razões diferentes, Foucault, Butler e Arendt, segundo Allen, todos compartilham uma crítica da filosofia hegeliana da história e, ao mesmo tempo, uma tentativa de repensar o histórico tal que ele possa considerar as rupturas, descontinuidades, becos-sem-saída¹⁶ e começos radicalmente novos (ALLEN, 1999, p.90).

A segunda similaridade encontrada por Allen diz respeito à crítica compartilhada sobre o desdobramento de poderes normalizadores da sociedade moderna. Esse ponto de contato entre Butler, Foucault e Arendt parece se vincular também, em certa medida, a similaridade destacada acima. A forma de conceber a política e o sujeito como campos próprios de ação e possibilitadores de novos começos, faz com que seja produzida uma postura crítica a respeito de fenômenos de massificação da sociedade que são

¹⁵ Sobre a criação de um conceito de história como processo e a centralidade da ação nessa visão, ver *A Condição Humana* (1958), capítulo 32, “Ação como processo”.

¹⁶ “*dead ends*” (ALLEN, 1999, p.90)

responsáveis pela extinção da ação livre e espontânea. De forma diferente, Butler Foucault e Arendt se debruçam sobre o mesmo ponto de crítica e elaboram análises diferentes sobre os contornos de uma sociedade de massas. Enquanto Arendt se fixa em uma análise mais estrutural – no que se refere ao conteúdo de *A Condição Humana* – a respeito da divisão entre esfera pública e privada que é rompida através do advento do social, responsável por desconfigurar a organização de demandas que antes eram específicas de um ou outro espaço, Foucault aborda mais profundamente os dispositivos normalizadores pelo qual o poder é exercido em prol de uma sociedade disciplinar. Para Foucault, os mecanismos de poder que são responsáveis pela reprodução e controle de comportamentos desejáveis estão inseridos não mais majoritariamente através da força física, mas através de dispositivos mais sutis e eficientes, que demandam menos força violenta e grades. Em *Vigiar e Punir* (1975), obra de Foucault dedicada em seu todo a uma visão aprofundada do poder disciplinar e seu funcionamento na estrutura social, é possível notar o ponto de contato destacado por Allen a respeito da crítica que tanto Foucault quanto Arendt compartilham sobre a eclosão da sociedade de massas. Ambos os autores pairam sobre um ponto de partida muito próximo – apesar de trilharem através de diagnósticos e propostas bastante diferentes – a respeito do componente necessário para que a massificação de comportamentos e corpos seja uma realidade. É necessária a pressuposição de um modelo ideal de ação e liberdade de criação como próprias do sujeito para que a ideia de um poder normalizador seja inserida, cujo exercício se dá através da aniquilação da possibilidade de ação espontânea.

A indiferença política, a neutralidade e a impossibilidade de um agir espontâneo culminam em um dos fenômenos mais cruéis da história humana e que é objeto de estudo de Arendt em uma das obras de maior impacto sobre a trajetória dos movimentos políticos totalitários, a obra *Origens do Totalitarismo* (1951). Apesar de Allen não citar diretamente essa obra de Arendt para reforçar sua postura crítica frente à emergência de poderes normalizadores e a cultura de massas, é possível encontrar nesta sua obra de 1951 elementos teóricos importantes que esclarecem sua posição. Neste contexto, a diversidade e a pluralidade são reduzidas a uma unidade de massa perante o domínio total de um poder ideológico que normaliza não somente a capacidade de agir, mas a capacidade de sentir e pensar em troca de uma realidade fictícia criada através de dispositivos de controle. A análise do processo sociológico que culmina na germinação de movimentos totalitários leva Arendt à centralidade de conceitos como os de ação,

pluralidade e poder que estão, empiricamente, nesta análise, atrelados ao terror violento – em seu exercício externo que atua concomitantemente ao poder normalizador – o qual perpassa toda a estruturação e solidificação de uma sociedade de massas. Segundo Arendt:

O totalitarismo introduziu um princípio inteiramente novo no terreno das coisas públicas que dispensa inteiramente o desejo humano de agir, e atende à desesperada necessidade de alguma intuição da lei do movimento, segundo a qual o terror funciona e da qual, portanto, dependem todos os destinos pessoais. (ARENDR, 1951, p. 520)

A postura crítica a respeito de um poder normalizador que serve como mecanismo de aniquilação da ação em troca de comportamentos e corpos domesticados é um ponto de contato claro entre Foucault e Arendt, como destacado por Allen. Contudo, é importante salientar que, assim como nas similaridades destacadas anteriormente, o caminho que leva Foucault, Butler e Arendt a esses posicionamentos é diferente. Ainda assim, sua proximidade neste sentido permite Allen indicar que, tanto para Foucault como para Arendt, a normalização – fruto de técnicas disciplinares das instituições sociais ou de um evento de advento do social que rompe as fronteiras entre público e privado – é problemático pelo motivo de que isso inculca um conformismo que desestimula os indivíduos a começarem de novo e, portanto, a agirem na esfera política (ALLEN, 1999, p. 91). Dessa forma, talvez verificado de forma mais explícita em Foucault e Butler, é dada a necessidade de uma análise do político que exceda a abordagem do exercício do poder apenas sobre a extensão física dos corpos que estão em jogo na massificação. É necessário também verificar o alcance intrapsíquico que a normalização toma a respeito das subjetividades que estão dadas nestes corpos.

Em relação ao próximo ¹⁷ ponto relatado por Allen, ela compara o tipo de subjetividade que é pressuposta por cada um dos autores ao engendrar sua concepção de político. Nesse sentido, o ponto de aproximação entre eles vem da crítica compartilhada a um modelo de subjetividade que vê os sujeitos como “autônomos, auto-criados e

¹⁷ Há outro ponto destacado por Allen antes deste. O ponto se refere à similaridade encontrada entre Foucault e Arendt a respeito ao retorno de ambos a uma fonte estética para o desenvolvimento de um modelo político. Apesar de este ponto integrar o conjunto de similaridades apontado por Allen, o julguei como menos relevante a respeito do objetivo que foi proposto a este capítulo.

racionais, colocados contra as forças sociais, culturais e históricas de seu mundo” (ALLEN, 1999, p. 91). De fato, ambos ¹⁸ os autores, Foucault e Arendt trilham sua concepção de subjetividade na contramão de um modelo de sujeito auto-fundante que se relaciona a uma noção de subjetividade autônoma. Por um lado, a recusa de Butler e Foucault a esse modelo de subjetividade os leva a uma consideração da sujeição que vê os sujeitos como efeitos dos regimes de poder aos quais estão sujeitos (ALLEN, 1999, p. 91). Por outro lado, a renúncia de Arendt a uma noção de subjetividade auto-fundante não a leva, necessariamente, a uma consideração explícita sobre a subjetividade como sujeição.

É possível verificar em Foucault um processo de formação da subjetividade mais explicitamente vinculado a um caráter de subordinação. Dado o fato que Foucault se ampara largamente em uma abordagem da categoria de poder como recurso produtivo ¹⁹ para analisar o processo de formação da subjetividade que se dá através de uma perspectiva dupla de poder que, ao mesmo tempo em que é exercido de fora do sujeito, ele é também internalizado e “produz” a subjetividade através dessa subordinação. Apesar de ser mais discreta a ligação feita entre produção de subjetividade e a sujeição, Arendt também, de certa forma, insere na sua concepção de subjetividade um caráter de imprevisibilidade e sujeição a fatores não controláveis pelo agente. Esse fator que dá à subjetividade política arendtiana um caráter não auto-fundante está ligado diretamente ao modo como Arendt concebe a produção da história e o modo como o agente é inserido nesse processo. Allen aponta que, diferente de Butler e Foucault que ligam a subjetividade à sujeição através de uma ênfase ao caráter produtivo do poder, Arendt compreende a construção da subjetividade como sujeição considerando outros fatores. Segundo Allen, “por exemplo, ela [Arendt] afirma que os resultados da ação e do discurso no domínio político são registrados nas histórias de vida dos atores que participam na esfera pública” (ALLEN, 1999, p. 92). Para isso, é necessário atentar para alguns conceitos centrais do pensamento político de Arendt, como a concepção de produção histórica e as noções de autor e ator. A concepção de produção da história

¹⁸ Pela proximidade de postura crítica e teórica, irei me referir a Foucault e Butler como representando um e mesmo posicionamento em comparação à Arendt no que se refere a este capítulo.

¹⁹ De forma reduzida neste capítulo, mas tendo clara a grande profundidade e complexidade, o tema de sujeição e produção de identidade através do poder em Foucault pode ser vista em seu todo através das suas obras *The Subject of Power in Critical Inquiry*, Vol.8, No. 4 (Summer, 1982), pp. 777-795 e *Two Lectures in Power/Knowledge* (1972). A respeito de Butler, é possível ver a apropriação feita por ela da leitura de Foucault da subjetividade como sujeição em *Psychic Life of Power* (1997). A abordagem reduzida se justifica pelos objetivos deste capítulo.

está, neste contexto, muito além de apenas considerar o conceito de ação como um possibilitador de novos começos, mas deve se ater à interrelação que esses “novos começos” e os discursos que os constroem. Essa teia de relações humanas, resultado da associação de diversos agentes e seus discursos dissonantes, é onde cada sujeito está previamente e inevitavelmente inserido, sua ação e seu discurso aqui estão suscetíveis a outras ações e discursos que incontrolavelmente transpassam a sua e dão um novo sentido à história produzida. Nesse sentido, Arendt coloca que nenhum agente é autor da sua própria história, mas é, neste sentido, apenas um ator²⁰ da sua história. Assim, dado o caráter incontrolável da teia de relações humanas na qual os agentes estão inseridos, sua história não é construída autonomamente, mas resulta da subordinação à imprevisibilidade da ação e do curso da história. Em *A Condição Humana*, Arendt dá apenas algumas indicações sobre como é entendida a subjetividade em seu contexto político. Apesar de deixar claro que essa subjetividade está subsumida ao caráter incontrolável da teia das relações humanas que perpassam a trajetória de vida do agente tornando-o um mero “ator” e não “autor” da sua própria história, Arendt em algumas passagens destaca o caráter passivo do agente em relação à constituição da sua subjetividade. Nesse contexto, é falado na “revelação do agente”. Segundo Arendt, “A ação e o discurso ocorrem entre os homens, na medida em que a eles são dirigidos, e conservam sua capacidade de revelar mesmo quando o seu conteúdo é exclusivamente objetivo.” (ARENDR, 1958, p. 195) Isso ocorre também na seguinte passagem: “as histórias, resultado da ação e do discurso, revelam um agente, mas esse agente não é autor nem produtor. Alguém a iniciou e dela é o sujeito, na dupla acepção da palavra, mas ninguém é seu autor” (ARENDR, 1958, p. 197).

Dessa forma, como foi colocado nos parágrafos anteriores, a noção de subjetividade em Arendt não a leva, necessariamente, a uma compreensão da subjetividade ligada a formas de sujeição da mesma forma como é feito em Foucault e Butler. Porém, é possível ver Arendt considerando elementos externos ao sujeito – a noção de teia de relações humanas e a própria imprevisibilidade da ação no espaço

²⁰ O caráter imprevisível da ação na esfera pública confere à concepção de político de Arendt um caráter de geração constante do “novo”, fazendo com que ela, a política, seja afastada de uma visão fatalista ou determinista. Tal fator também se estende à compreensão do agente político como um ator da esfera pública. Dada à imprevisibilidade das ações humanas e o fluxo constantemente gerado através da ação, o sujeito é não o produtor, o autor – pois está sujeito à imprevisibilidade e constante geração de outros cursos de ação – mas o ator que está sujeito a esse fluxo. Ver mais em: “A imprevisibilidade e o poder de prometer” em *A Condição Humana*.

público – que supostamente atuam sobre as subjetividades. Entretanto, esse ponto de similaridade proposto por Allen é bastante delicado. Pois, além da sujeição não ser um tema explícito no pensamento arendtiano, as formas pelas a autora considera o indivíduo sujeito aos fatores que o produzem é colocado em termos diferentes aos considerados por Foucault e Butler. É possível notar uma contraposição entre a ideia de *produção* da subjetividade de Foucault e Butler à *revelação* da subjetividade em Arendt. Dessa forma, poderíamos considerar que, em relação à Arendt: (i) o poder não é visto como produtor, mas existem forças e condicionamentos sociais aos quais estamos certamente assujeitados; (ii) existe a possibilidade de reagir e se contrapor a essas forças e a esses condicionamentos – o que abre um espaço mais claro às possibilidades de agência humana e (iii) nessa reação o sujeito se *revela*. Contudo, Allen considera que a recusa de uma noção de subjetividade autônoma e autofundante – seja em troca de uma concepção de *produção* ou *revelação* do sujeito – faz com que esses autores compartilhem um modelo próximo de subjetividade vinculada a formas de sujeição *ou* a um poder que atua externamente e/ou internamente ao sujeito *o produzindo ou* no sentido arendtiano da *revelação* do sujeito através da imprevisibilidade das ações e relações humanas

Aproximar Arendt de uma perspectiva pós-estruturalista de sujeito como a de Foucault e de Butler é uma proposta já colocada em jogo por outras literaturas ²¹, dada a amplitude e neutralidade que os conceitos mais centrais de Arendt oferecem e, por esta mesma razão, facilitam que sejam deslocados para outros contextos e demandas políticas mais atuais. É possível, neste aspecto, notar um campo de discordância entre estudiosos da teoria política de Arendt que ressaltam seu “tradicionalismo” e aqueles que buscam estender seu quadro teórico original a novos referenciais teóricos e demandas contemporâneas da arena política, como, por exemplo, as transformações da agenda política sobre raça e gênero. A tentativa de enxergar na política arendtiana uma possível resposta para temas como a subordinação de gênero e resistência parece se concentrar em grande medida em sua teoria da ação, a qual vincula noções de pluralidade, discurso e coletividade. Apesar de fazer remissão a produções teóricas desse tipo, as quais buscam salientar a peculiaridade da teoria da ação em Arendt em

²¹ Em *Toward an Agonistic Feminism: Hannah Arendt and the Politics of Identity*, Bonnie Honig propõe uma leitura de Arendt que “fundamenta-se no impulso agonístico e performativo de sua política” (HONIG, 1992, p. 215).

vista, por exemplo, de seu aspecto agonístico (Bonnie Honig), Allen não parece adentrar a fundo nessa interpretação. O que interessa explicitamente a Allen em seu objetivo de traçar similaridades, neste momento, está na conexão que pode ser feita entre Foucault, Butler e Arendt através do seu conceito de subjetividade. De fato, mesmo distante do contexto pós-estruturalista de identidade, Arendt também abre espaço em sua teoria política para a consideração de uma subjetividade não auto-fundante, criativa e instável. Porém, mais uma vez, poderia ser feito o questionamento a respeito do grau de aproximação que é buscado por Allen neste ponto, ou seja, se a linha de chegada, a recusa de uma subjetividade auto-fundante, que é a mesma de Butler, Foucault e Arendt, seria suficiente para que se possa indicar uma semelhança significativa entre esses autores.

Por fim, Allen destaca a última similaridade entre esses autores, já mencionada de forma breve em parágrafos anteriores, relativa a sua recusa comum às formas de poder vinculadas a modelos de comando-obediência. Como já analisado antes, o poder em Arendt ocupa um lugar central em sua teoria política, o qual ela distingue da violência, da força e das relações de autoridade. O poder, diferente dessas formas deturpadas do seu exercício, não se ampara em instrumentos, relações coercitivas e/ou violentas, mas sua origem depende do agir em conjunto. Desta forma, é possível dizer que, para Arendt, o poder existe em uma pluralidade qualificada por sua forma ativa e concertada, onde a ação e o poder compartilham, como consequência, certas características como a natureza ilimitada, a fragilidade, a irreversibilidade e sua não instrumentalidade (MARTÍN, 2016, p. 162-263).

É possível notar que, por razões diferentes, mas que conduzem a um resultado muito similar, Arendt, Foucault e Butler recusam o modelo de poder que caracteriza essa categoria através do seu exercício sob posições de comando e obediência, ou como Allen caracteriza, *power-over*²², distanciando-se, da mesma maneira, de uma concepção de poder como recurso, na medida em que nenhum deles adere a uma concepção de poder como algo que pode ser possuído permanentemente, guardado ou distribuído. A

²² O modelo *Power-over*, é a segunda forma de conceber o poder que é apresentada por Allen na sua obra de 1999. É um modelo geral e bastante amplo acerca dos possíveis exercícios do poder. Allen, através de Wartenberg, afirma que essa forma de poder se apresenta pelo ato de um agente exercer o poder sobre outro agente alterando as circunstâncias em que o outro agente pode agir e fazer escolhas (WARTENBERG, 1990, p.12). Ou seja, o agente que “possui” e exerce o poder tem uma capacidade ou habilidade de controlar ou restringir o escopo de possibilidades.

observação de um poder disciplinar²³, que se insere como base de funcionamento de escolas e prisões, dá a Foucault a abertura necessária para que a análise sobre o exercício do poder supere a superfície de papéis de comando e obediência, abrindo espaço para que sejam analisados os corpos propriamente atingidos pelo poder. Assim, o poder para Foucault deixa de ser uma categoria anexada à suposição dualista de papéis de quem detém as condições de exercê-lo e daqueles que se sujeitam a ele, mas analisa as formas mais amplas e sutis pelas quais o poder é exercido estruturalmente na sociedade, onde não se supõe mais sua posse ou prerrogativa de uso, mas seu alastramento nas mais diversas capilaridades sociais de forma a promover a normalização e o adestramento generalizados.

Por outro lado, o modelo de poder arendtiano se situa na possibilidade da ação coletiva, contrapondo-se à ideia de onipotência totalitária onde o poder é um instrumento de controle possuído por uns ou outros. Nesse ponto, indispensavelmente, deve ser feita a diferenciação entre poder, violência, força e autoridade – já analisada nos parágrafos acima – que frisa o aspecto coletivo do poder, se contrapondo inteiramente a um possível uso instrumental do poder. De fato, o poder arendtiano está baseado em uma visão mais positiva, que restringe seu exercício à ação coletiva e à preservação da esfera pública e sua pluralidade, enquanto Foucault e Butler partem de uma perspectiva mais negativa que leva a uma análise quase que contrária à de Arendt: se o poder em Arendt preserva a essência plural e ativa do público e do político, o poder analisado por Foucault é ponto inicial para a compreensão de uma sociedade disciplinar onde o comportamento ativo e livre dos corpos é negado por uma lógica de normalização.

O sucesso na tarefa de tentar unir quadros teóricos aparentemente tão diferentes entre si através do encontro de pontos de compartilhamento ou posturas críticas que se assemelham pode ser questionável se a proposta é buscar um grau forte e coeso de igualdade entre o que é feito por Foucault e Arendt a respeito da categoria de poder. Porém, a proposta de Allen parece ser menos exigente neste sentido. Evidentemente, não se trata de buscar uma correspondência exata entre esses autores no que é discutido sobre o poder. Mas, como já foi mencionado, o objetivo de Allen nesta tarefa parece

²³Podem-se destacar as obras *Vigiar e Punir* (1975) e *Microfísica do Poder* (1979) de Foucault como as obras de maior significância sobre a análise do poder disciplinar.

estar em, através das similaridades destacadas, apontar que Foucault, Butler e Arendt não estão em planos filosóficos completamente diferentes em relação às suas concepções de poder. Ao contrário disso, eles compartilham pontos de similaridade bastante relevantes que possibilita pensar em uma *complementariedade* entre eles. Uma delas, a recusa de Foucault, Butler e Arendt em relação ao poder como dominação – formas de comando-obediência – é, segundo Allen, “indubitavelmente a mais importante semelhança” (ALLEN, 1999, p. 92) para as propostas do seu livro. Pois, mesmo que as outras similaridades apontadas sejam igualmente interessantes para pensar um campo teórico menos distante entre Foucault, Butler e Arendt, essa última semelhança, parece ser essencial para que se possa pensar em uma possível complementariedade entre esses autores. Ou seja, ainda é possível pensar em uma integração entre Foucault, Butler e Arendt mesmo se eles não compartilhassem da mesma concepção aberta e indeterminada de história – se opondo contra uma filosofia da história hegeliana – porém, se tornaria muito difícil, ou mesmo impossível, pensá-los juntos se algum deles não partilhasse da recusa às concepções de poder como dominação e como recurso.

No entanto, Allen reserva também um espaço para que sejam discutidas as discordâncias entre esses campos. Tais diferenças, em resumo, estão relacionadas a dois pontos. O primeiro, ao caráter normativo que embasa a categoria de poder de Arendt, em contraposição à falta de parâmetros normativos no que é proposto por Foucault e Butler. Apesar de Foucault e Butler falharem em fazer distinções normativas que são essenciais para uma diferenciação entre os tipos de exercício do poder e, por outro lado, Arendt compreender sua concepção de poder precisamente a partir do tipo de critério normativo que Foucault e Butler rejeitam, segundo Allen, apesar desse fator representar uma diferença significativa entre Arendt, por um lado, e Foucault e Butler, por outro; isso não representa um problema sério (ALLEN, 1999, p. 94). Insistindo em termos de que as diferenças, mesmo as significativas como essas, não representam um impasse à sua tentativa de formular uma concepção feminista de poder a partir desses três autores, mas, pelo contrário, representam uma possibilidade de integração, Allen argumenta que:

Arendt, na verdade, pode fornecer o corretivo necessário às "confusões normativas" de Foucault e Butler, para tomar emprestada a frase de Nancy Fraser. Argumentei que a concepção de poder que surgiu da

minha consideração de Foucault e Butler precisaria ser complementada com o tipo de estrutura normativa que pode fundamentar a crítica feminista; dadas as outras amplas semelhanças entre Arendt e Foucault e Butler, sua concepção de poder parece ser um excelente candidato para fornecer tal estrutura (ou pelo menos certos elementos dela) (ALLEN, 1999, p. 94).

O segundo ponto é sobre a divisão rígida entre esfera pública e privada que reafirma uma distinção metafísica estrita entre as duas, e insiste que o público é a única esfera na qual o poder opera (ALLEN, 1999, p. 95), o que faz com que a teoria arendtiana se limite apenas a uma análise do poder enquanto fenômeno do público e reserve à esfera privada apenas a análise de formas deturpadas de poder, como a violência, a autoridade e a força. Enquanto isso, a divisão fixa entre público e privado não é um fator que é levado em consideração por Foucault ou Butler ao analisar o poder. Distante disto, a forma fluida de localizar o poder entre as diversas estruturas e relações sociais dá a Foucault e Butler a possibilidade de abranger os diversos tipos de exercício de poder que estão incrustados não apenas na interrelação pública que os sujeitos mantêm entre si, mas igualmente no âmbito privado.

A fim de superar as diferenças mais explícitas que decorrem, em grande parte, do tipo de raiz teórica que engendra cada visão de político e de poder, Allen lança mão de alguns tipos de abordagem que minimizam o caráter contrário de cada uma delas em relação à outra. Nesta tentativa constante de encaixe, que parece se prolongar ao longo de todo o capítulo em tentativas mais ou menos explícitas, o objetivo é o de que cada um dos quadros teóricos possa oferecer a melhor contribuição de diferentes aspectos da análise do poder, os quais sejam úteis para a construção de uma teoria complexa que dê conta das principais questões políticas feministas. Segundo Allen, “existem numerosas semelhanças entre Arendt e Foucault e Butler. E, embora haja algumas diferenças significativas entre eles, essas diferenças não são insuperáveis”, desta forma, “parece-me inteiramente justificado basear-se em todos esses três teóricos para formular uma concepção feminista de poder” (ALLEN, 1999, p. 97-98). Ou seja, mesmo que as similaridades não pareçam pairar sobre os aspectos mais fundamentais da teoria desses autores e que outros pontos de discordância mais fortes possam ser levados em consideração, ainda assim é preferível que, em nome de uma análise mais complexa de

poder, sejam tentadas possíveis ligações entre categorias que podem, sob um ou outro aspecto, ser complementares entre si.

Levando em consideração o quadro de similaridades apresentado por Allen entre Foucault, Butler e Arendt, além das respectivas diferenças encontradas entre eles, é possível ver nas duas tarefas um ponto fundamental: o potencial de complementariedade entre as concepções de poder desses diferentes autores. Como tratado no capítulo anterior, assim como a concepção de poder em Foucault é útil em alguns aspectos e limitada em outros, fazendo com que apresente a concepção de poder de Butler como complementar a ela e vice-versa, Arendt também é útil em alguns aspectos – principalmente pelo fato de sua concepção de poder ir além das limitações de Foucault e Butler em oferecer noções de coletividade – e, ao mesmo tempo, limitada em outros. Dessa forma, Allen insiste nos termos de uma complementariedade entre esses quadros teóricos, levando em consideração que Arendt também – longe de oferecer uma teoria completa de poder que responderia a todas demandas de interesse do feminismo – também compreende limitações internas. Neste sentido, Allen levanta duas limitações relevantes que estão entrelaçadas e relacionadas ao tipo de abordagem feita da categoria do poder. A primeira delas, já destacada brevemente no início desta seção, diz respeito à limitação que Arendt tem em conceber as relações intersubjetivas de esfera privada como passíveis de se tornarem relações assimétricas de poder marcadas pelo viés de gênero. Apesar de Arendt se ocupar em definir finamente com a diferenciação entre poder e violência e, também, autoridade e força, segundo Allen, “violência, autoridade e força, como Arendt define esses termos, não são adequados para dar sentido aos tipos de relações de dominação as quais as feministas estão interessadas” (ALLEN, 1999, p. 110). A categoria de poder arendtiana é própria das relações de domínio público, o que faz com que as relações privadas estabelecidas dentro do âmbito do lar e da família que sejam ilegítimas ou assimétricas recaiam sob as lentes de compreensão da violência, autoridade ou força. Para que o estudo da constituição e perpetuação de relações de subordinação dadas em domínio privado seja analisado em maior profundidade e, ainda, que as diferenças de gênero que estruturam essas relações de subordinação sejam tratadas com a atenção merecida, a categoria de poder arendtiana deveria ser uma categoria aplicável também ao âmbito privado.

A segunda limitação encontrada por Allen nos remete a uma crítica anteriormente feita por Habermas a sua concepção de poder. Segundo Habermas, os limites do conceito de poder em Arendt seriam derivados de sua forte vinculação ao modelo aristotélico, a qual transforma a *polis grega* na essência do político, perpetuando suas dicotomias conceituais rígidas entre “público” e “privado”, Estado e economia, liberdade e bem-estar, ação prática-política e produção, não-aplicáveis à moderna sociedade burguesa e ao Estado moderno (HABERMAS, 1993, p. 109). Além disso, para Habermas, uma lacuna importante seria encontrada no fato de Arendt não admitir uma dimensão sistêmica à vida política. Com isso, todas as atividades burocrático-administrativas são, de saída, retiradas da vida política legítima. Allen, sensível a essa crítica feita por Habermas, considera também esse tipo de limitação na categoria de poder em Arendt, apesar de ainda encontrar algumas abordagens²⁴ de Arendt que dão espaço a uma concepção de poder como recurso estratégico. Em resumo a essas limitações que fazem com que o conceito de poder de Arendt – apesar de proporcionar uma noção de solidariedade, que se mostrará central a elaboração de formas coletivas de resistência – se mostre um pouco restrito a formas de poder que excedem o exercício do mesmo na esfera pública, Allen sustenta que:

Tais críticas apoiam a tentativa de integrar a explicação de poder de Arendt à de Foucault e Butler, já que sua atenção ao exercício estratégico e ameaçador do poder pode ser entendido como uma correção pela falta dessa dimensão em sua ótica, assim como sua concepção comunicativa de poder corrige a falta de distinções normativas cruciais nas óticas de Foucault e Butler. (ALLEN, 1999, p.112).

Por fim, podemos dizer que o objetivo maior de Allen é mostrar que as descontinuidades entre os dois campos teóricos tratados por ela não devem ser tratadas como diferenças insuperáveis. Para além disso, seu objetivo maior é o de combinar essas concepções de poder, que de saída não são fáceis de serem integradas, afim de alcançar uma recomposição mais ampla e diversificada do campo de análise do

²⁴ Allen compara as abordagens ligeiramente diferentes propostas ao poder através das obras *Origens do Totalitarismo* e *A Condição Humana*. Segundo Allen, Arendt não está totalmente isenta a utilização do poder como fins estratégicos, como mostrado em *Origens do Totalitarismo*. Em contrapartida, a postura de Arendt em *A Condição Humana* indica ser menos propensa a esse tipo de interpretação em relação ao poder.

pensamento feminista. A partir disso, a obra de Arendt representa uma possibilidade de resposta a problemas específicos enfrentados anteriormente nas concepções de poder de Foucault e Butler, ainda que, como destacado, no contraste com esses autores, a concepção de poder de Arendt também possa encontrar suas limitações mais significativas. Logo, o viés de leitura que deve ser adotado entre esses marcos teóricos deve prezar pela capacidade de se complementarem em relação às suas contribuições e limites particulares ou, como Allen insiste em diversas passagens, que possamos vê-los através de um “tipo de abordagem integrativa” (ALLEN, 1999, p. 112) em que seja possível considerar “tais diferenças como complementares” (ALLEN, 1999, p. 93).

2.2 Solidariedade como resistência política

Como uma categoria comunicativamente produzida e essencialmente política, a categoria de poder resgatada das obras de Hannah Arendt oferece ao debate feminista importantes contribuições; ela carrega consigo uma conexão entre política e exercício do poder que são fundamentados em conceitos como os de pluralidade, ação e discurso, essenciais para a articulação de uma esfera pública mais suscetível e aberta a debates e reconfigurações das relações sociais. Para Allen, o modelo de poder arendtiano não se mostra apenas mais positivo que as formas tradicionais de sua compreensão, (desenvolvidas sob uma rubrica do modelo “mando-obediência”), como oferece uma resposta para limitações específicas nas formulações pós-estruturalistas de Foucault e Butler. Segundo Allen, Arendt é capaz de dar conta de distinções normativas importantes que são negligenciadas no quadro teórico de Foucault e Butler como, por exemplo, a diferenciação entre formas de poder, violência, força e autoridade. Além disso, Allen, através de Arendt, encontra uma concepção de poder que é capaz de oferecer ao feminismo formas de pensar o poder através de noções de coletividade e resistência. Através de uma concepção de poder que tem a sua origem na ação coletiva, Allen vê em Arendt uma possibilidade relevante de reconsiderar e repensar alguns

temas problemáticos ao feminismo. Como, por exemplo, o debate sobre políticas de identidade e as críticas feministas à convicção de que existem interesses e opressões comuns a todas as mulheres; uma forma de unir as mulheres em prol de um ideal de irmandade (sororidade) como forma de resistência. Segundo Allen, entre as primeiras feministas da segunda onda, não era ainda considerado problemático o vínculo de irmandade possibilitado entre as mulheres a partir de concepções de “experiência compartilhada”, “interesses comuns” ou ainda, em nome de uma “essência feminina”. Porém, passou-se a questionar a validade dessas noções e se efetivamente elas representam de forma legítima todas as demandas e interseções que constituem o feminismo. Segundo Allen, “since the ‘sisterhood’ model of solidarity seems to rely upon these problematic notions of women or of women’s common experience, the feminist critique of identity politics necessitates a corresponding critique of solidarity in this sense” (ALLEN, 1999, p. 104). A partir disso, na seção “Beyond Sisterhood: Rethinking Solidarity” Allen explora em Arendt não apenas sua contribuição em relação à concepção de poder que permite pensar formas de ação coletiva, mas também alguns elementos teóricos propiciados por essa concepção que se revelarão úteis para repensar a própria ideia de solidariedade. Nesse sentido, a vantagem de repensar a noção de solidariedade através de Arendt estaria no fato de se posicionar para além de uma falsa antítese colocada a respeito de suas condições de possibilidade. Para Allen, essa falsa antítese estaria no fato de que precisaríamos decidir entre:

Abraçarmos a categoria de mulheres para que possamos ter alguma base para teorizar as experiências comuns de opressão que nos unem e tornar possível a ação política feminista coletiva, mas ao fazê-lo, implicitamente marginalizamos ou, pior, excluimos legiões de mulheres do discurso feminista, ou recusarmos completamente a categoria das mulheres, evitando assim o problema da exclusão, mas, ao fazê-lo, negamos a nós mesmos a capacidade de teorizar os laços que podem nos unir para tornar uma causa comum (ALLEN, 1999, p. 104).

Tal impasse é estimulado pela discordância entre teóricas críticas feministas que defendem, de um lado, que o movimento feminista deve se unir a partir de uma ideia de mulher – que se constituiria através da pressuposição de traços comuns ou uma “essência” compartilhada – e, de outro lado, aquelas que reagem a esta visão essencialista de identidade a favor de uma visão mais fragmentária de identidade,

abrindo mão, entretanto, da unidade que anteriormente atribuía força e potencial de ação ao próprio movimento. A intenção de Allen é mostrar que, via Arendt, não é necessário que o feminismo decida entre uma posição essencialista de identidade feminina, que tem como ônus o obscurecimento de intersecções significativas que compõe o feminismo, ou uma postura de crítica radical à identidade, que teria como consequência uma possível fragmentação do movimento feminista. Ao invés disso, segundo Allen, nossa tarefa deve ser a de reformular a noção de solidariedade de tal maneira que ela possa não apenas explicar o poder que as feministas exercem quando nós agimos em conjunto, mas, além disso, evitar o problema da exclusão que assola a identidade política (ALLEN, 1999, p. 104). Assim, Arendt, aos olhos de Allen, oferece uma saída interessante para a tarefa de reformular a noção de solidariedade de uma forma que possibilitaria a superação da falsa antítese que dividia o debate feminista. Segundo Allen, é possível encontrar em Arendt, através da sua concepção de poder, os recursos teóricos que poderão ajudar “a pensar sobre como os membros de movimentos sociais opositoristas podem ser unidos de uma maneira que, longe de excluir ou reprimir a diferença, seja capaz de inclui-las e protegê-las” (ALLEN, 1999, p. 104).

Tais recursos teóricos são buscados através de um conceito de poder que oferece uma dimensão coletiva de seu exercício, mas que, por outro lado, também leva em consideração que, “na medida em que o poder é um fenômeno coletivo, ele é resultado da irreduzível pluralidade dos seres humanos” (ALLEN, 1999, p. 100). Dessa forma, Allen, neste momento, chama a atenção os conceitos do pensamento político de Arendt que acompanham sua concepção de poder como, por exemplo, pluralidade e ação. A pluralidade, para Arendt, é considerada um dos três aspectos fundamentais da condição humana e remete, segundo Allen, “ao duplo caráter de igualdade e distinção” (ALLEN, 1999, p. 100), que pode ser expressado nos seguintes termos: “somos todos iguais, isto é, humanos, de tal maneira que ninguém é o mesmo que qualquer um que tenha vivido, vive ou irá viver”. Em outras palavras, a noção de pluralidade pensada por Arendt implica a possibilidade de podermos pensar a igualdade e a distinção que são próprias dos seres humanos ao mesmo tempo, pelo fato de compreender que em alguns aspectos a nossa condição humana nos faz iguais e diferentes uns dos outros. Segundo Allen, Arendt compreende a possibilidade de ação coletiva dos atores em esfera pública a partir da pressuposição de ambos os aspectos: igualdade e distinção. A possibilidade de ação e do discurso é, nesse sentido, vinculada à noção de pluralidade que aborda esses

dois elementos. Pois, como enxergaria Arendt, se todos nós fossemos iguais, a comunicação e a ação em concerto seriam desnecessárias, dado que todos seriam capazes de imediatamente intuir as necessidades, desejos, esperanças e sonhos dos outros, porque seriam as mesmas que as nossas próprias necessidades, desejos e esperanças (ALLEN, 1999, p. 105). Ao mesmo tempo, Allen ressalta que, por outro lado, a comunicação e a ação em concerto seriam impossíveis se fossemos todos radicalmente diferentes.

Segundo Allen, o ato de trazer à luz a natureza dialética das reflexões teóricas gerais de Arendt sobre a condição humana da pluralidade e sobre a atividade correspondente de ação e, contudo, a tensão dialética entre comunalidade e distinção que é a raiz de toda a vida política, são reflexos de uma dialética de identidade e não identidade (ALLEN, 1999, p. 105). A partir disso, é possível ver que, assim como os dois pós-estruturalistas, Foucault e Butler, Arendt também compartilha da recusa a noções essencialistas²⁵ de identidade. Porém, ao invés da adesão a um ideal de essência ou identidade compartilhada, Arendt apresenta – diferentemente de Foucault e Butler, que se posicionam em direção à fragmentação da identidade – uma forma de conceber a identidade através de um modelo dialético de solidariedade.

A maior vantagem que Allen parece encontrar no conceito de identidade de Arendt está no seu caráter mediado. A partir desse contexto, Allen encontra em Arendt elementos teóricos interessantes para a reelaboração de uma noção de solidariedade útil ao feminismo, capaz de ir além dos impasses colocados entre pós-estruturalistas e políticas de identidade. Desta forma, segundo Allen:

A concepção feminista de solidariedade que nós podemos selecionar do trabalho de Arendt repousa sobre uma concepção mediada de identidade de grupo. A categoria de mulher não é um fato controverso nem uma pura ficção; é um fato político;

²⁵ Butler pode ser destacada como uma das autoras feministas da atualidade que se dedicou significativamente à crítica radical de concepções essencialistas de mulher dentro do debate feminista. Em sua obra de 1990, ela combate fortemente a vinculação do feminismo enquanto movimento à pressuposição de uma identidade definida compreendida pela categoria de mulheres. Em seu primeiro capítulo desta mesma obra, na seção ““Mulheres” como sujeito do feminismo”, Butler busca debater a questão crucial do sujeito para política e para o feminismo apontando o crescente questionamento entre as feministas em relação à viabilidade e concordância ao que constitui, ou deveria constituir, a categoria das mulheres, segundo Butler, a partir desse contexto, “o próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanente” (BUTLER, 1990, p. 18).

como fato isso é inegável e tentar negar isso é cegar-se a realidades políticas, mas como político, é mutável” (ALLEN, 1999, p.109).

O recorte que Allen faz de Arendt em relação ao seu posicionamento sobre as identidades judias ajuda a iluminar alguns desses aspectos. Para Arendt, assim como foi salientado acima, a noção de identidade não consiste na aceitação de uma essência comum, mas ao invés disso, em um fato político; uma identidade política. Em relação a isso, reconhecer a realidade de uma identidade política não é, necessariamente, um movimento que propõe a essencialização. Para Arendt, segundo Allen, o ato de não reconhecer uma identidade política que está sob ataque – como a dos judeus – é, além de profundamente anti-político, um ato que impossibilita toda a resistência à perseguição e dominação (ALLEN, 1999, p. 106). Nesses termos, Allen diz que o ato de apelar para um ideal humanista e responder ao comando do grupo perseguidor “eu sou um homem (e não só um Judeu)” é grotesco na medida em que repousa sobre uma grave distorção das realidades políticas e, além disso, perigosa, na medida em que tais distorções minam seriamente as tentativas de resistir à perseguição (ALLEN, 1999, p. 106). Apesar de Allen se amparar na postura de Arendt sobre a questão das identidades Judias e não especificamente sobre a identidade de gênero, ela usa isso como forma de iluminar e reforçar sua leitura da concepção de identidade em Arendt como um fato político.

Além disso, a discussão de Arendt sobre a questão dos judeus é vantajosa para Allen por iluminar alguns outros pontos do seu pensamento político que são interessantes para suas propostas. Como, por exemplo, ao analisar o movimento dinamarquês de resistência aos nazistas, Arendt é capaz de iluminar o tipo de poder que emerge quando os indivíduos agem em concerto. Em segundo lugar, o fato de Arendt considerar o ato dos dinamarqueses esconderem os judeus nas suas próprias casas como um ato político não “por causa da esfera na qual eles ocorreram, mas porque eles foram orientados para o bem comum” (ALLEN, 1999, p. 108) faz com que Arendt pareça menos rígida em relação a sua dicotomia entre público e privado. Segundo Allen, isso é uma evidência positiva de que, para Arendt, sua concepção de poder poderia se sobrepor às divisões tradicionais de público e privado demarcadas fortemente em obras como *A Condição Humana*. Em último lugar, Allen aponta que outra vantagem que

pode ser retirada do fato de Arendt considerar a identidade como um fato político é a de que “não é preciso “ser” um judeu para resistir em termos de uma identidade judaica sob ataque”. Pois, segundo Allen:

A visão de Arendt é que os movimentos políticos coletivos são mantidos juntos não através de uma identidade compartilhada, mas pelas promessas mútuas de indivíduos distintos de trabalharem juntos para a consecução de um objetivo político comum (ALLEN, 1999, p. 109).

Apesar da noção de solidariedade²⁶ não ser um conceito explicitamente desenvolvido por Arendt, – e mesmo levando em consideração que a questão política da mulher foi também, em sua maior parte, evitada por Arendt – Allen parece encontrar em seu quadro teórico elementos significativos para a tarefa de repensar uma noção de solidariedade para o debate feminista. Através desses elementos, principalmente a partir de sua concepção de poder que a permite pensar a ação coletiva, Arendt parece oferecer não somente considerações interessantes sobre o tipo de vínculo que explica a integração dos indivíduos entre si permitindo a formação de coletividade. Além disso, o conceito de solidariedade que pode ser reformulado a partir de Arendt parece dar conta de explicar como esse vínculo é criado a partir de características específicas e particulares a partir do modo como concebe a ação: em sua pluralidade, publicidade e seu caráter político.

Apesar do quadro teórico de Arendt se apresentar para Allen significativamente produtivo por oferecer uma concepção de poder que dê conta do interesse feminista nas suas capacidades de resistência e ação coletiva enquanto movimento político, bem como uma teoria não essencialista sobre identidade de grupo – o que são vistos como limitações encontradas nas teorias do poder de Foucault e Butler –, é importante, como sempre, que essas contribuições de Arendt sejam vistas uma vez mais em suas próprias

²⁶ Mesmo não sendo possível encontrar em Arendt explicitamente esse conceito e nem mesmo discussões acerca da mulher, é indiscutível o enorme alcance que a teoria política arendtiana exerce e a sua vasta utilização por teóricos mesmo em debates políticos atuais como aqueles suscitados por demandas por resistência a parâmetros de opressão baseados em gênero e raça, por exemplo. Allen ao longo do capítulo dedicado à Arendt em sua obra de 1999 cita autoras que se apropriam diferentemente do pensamento político de Arendt e repensam seus conceitos mais centrais frente à novos questionamentos políticos. São exemplos: Bonnie Honig em *Toward an Agonistic Feminism: Hannah Arendt and the Politics of Identity* In: *Feminists Theorize the Political* (1992) e Seyla Benhabib em *The Reluctant Modernism of Hannah Arendt* (1996).

limitações. Ou seja, é necessário que possamos compreender a utilização de Arendt por Allen não como uma resposta para todos os problemas indicadas ao longo do percurso, mas apenas como parte de um sistema teórico que pretende buscar a complementariedade e a integração entre esses referenciais.

Desta forma, Allen parece cumprir o objetivo de entregar ao debate feminista uma concepção de poder que pretende dar conta de seus três principais eixos de interesse: dominação, resistência e solidariedade. Para isso, Allen trabalha em uma reformulação da concepção de poder operada através de um movimento de complementariedade entre autores que por si só não são autossuficientes para cumprir tal tarefa. Allen, através de Foucault, Butler e, por último, Arendt, apresenta um campo teórico de proximidades e diferenças que mostra-se interessante para os propósitos de uma nova concepção de poder. Através de Arendt, o último referencial teórico a ser integrado, Allen procura desfazer a falsa crença que esses autores estariam em planos filosóficos completamente diferentes – ou que a crítica estruturalista à subordinação de gênero não pode vir a ser agregada a uma concepção normativa de solidariedade e poder político. A propósito disso, Allen busca mostrar que esse importante movimento de integração é não apenas possível, como também *necessário* à pretensão dupla de oferecer uma teoria capaz de produzir diagnósticos das relações assimétricas de poder entre os gêneros e, ao mesmo tempo, propor formas de sua resistência e superação políticas.

2.3 *Is sisterhood powerfull? O impasse entre identidade e não-identidade*

Embora o quarto capítulo de sua obra de 1999, “The Power of Solidarity: Hannah Arendt” seja dedicado a analisar em detalhe as possíveis limitações e ganhos que o modelo de poder arendtiano poderia exercer em seu projeto, Allen, no mesmo ano de publicação desta obra, também escreve um artigo dedicado integralmente à análise das possíveis contribuições que o estudo da categoria de poder e a noção de solidariedade em Arendt ofereceriam ao debate feminista. O artigo “Solidarity after identity politics: Hannah Arendt and the power of feminist theory” tem, de fato, uma vinculação visível aos propósitos da obra de 1999, sendo possível encontrar passagens praticamente iguais – ou idênticas – ao quarto capítulo de *The Power of Feminist Theory*. Apesar disso, o

foco do seu artigo parece estar voltado a um objetivo mais específico em comparação ao capítulo final de *The Power of Feminist Theory*. Como foi tratado anteriormente, o referido capítulo é dedicado a apresentar os traços mais amplos da teoria do poder de Arendt, salientando suas contribuições e seu caráter complementar à teoria do poder de Foucault e Butler, dentro do objetivo maior de agregar as múltiplas e necessárias facetas de uma teoria feminista de poder. Já em “Solidarity after identity politics: Hannah Arendt and the power of feminist theory” é possível ver Allen se dedicando a um recorte mais específico do que havia sido feito no corpo da obra de 1999. Ao invés do foco na complementariedade e integração de um campo teórico comum entre ela, Foucault e Butler, Allen, neste artigo, limita-se a desenvolver em maior detalhe um aspecto da obra de Arendt já apresentado no referido capítulo, a saber, suas contribuições à tarefa de reformular uma noção de solidariedade útil ao feminismo. A partir disso, Allen retoma o impasse supostamente existente na teoria política feminista entre formas identitárias e não-identitárias de unidade do movimento feminista, suas principais consequências e, por fim, a possível saída através de uma compreensão da categoria de poder em Arendt.

Dessa forma, Allen segue um percurso argumentativo muito semelhante ao que é feito na sua obra de 1999. Em primeiro lugar, ela apresenta a antiga concepção de solidariedade²⁷ que surgia entre as feministas de segunda onda. Uma concepção pensada através de um ideal de identidade como “essência” compartilhada e que, segundo Allen, não era visto como problemático no contexto em que surgiu. Mas que, entretanto, foi tendo sua validade questionada ao passar do tempo, em razão dos potenciais efeitos repressivos e excludentes contidos na generalização da categoria mulher. A partir disso, Allen indica a falsa oposição que se forma entre as feministas a respeito da necessidade do movimento se vincular a concepções ou de identidade essencialista ou formas fragmentárias de não-identidade. Se, por um lado, formas essencialistas de conceber a identidade reprimem diferenças significativas entre as mulheres em troca de um conceito substancial de mulher, a crítica radical à identidade, por outro lado, revela-nos igualmente uma saída não inteiramente interessante aos olhos de Allen. Como principal representante do tipo de crítica radical à identidade, Allen cita

²⁷ Segundo Allen, o modelo reconhecido entre as feministas de segunda onda era baseado em termos de um ideal de irmandade entre as mulheres. Ela destaca o *slogan* utilizado neste contexto, até então não problematizado, “*sisterhood is powerfull*” (ALLEN, 1999b, p. 99).

Butler. Segundo a autora, a consequência indesejável enfrentada por Butler – e por outras teóricas que se vinculam a essa mesma postura – seria a de que, ao denunciar a solidariedade como uma norma necessariamente opressiva e excludente, ela seria obrigada a abandonar por completo a categoria de solidariedade. Ou seja, a crítica radical às formas essencialistas de solidariedade impediria o feminismo pós-estruturalista de pensar formas não repressivas e não excludentes de solidariedade. E a falta ou a recusa de uma noção de solidariedade, por sua vez, tornaria extremamente difícil, se não impossível, entender como movimentos sociais de oposição podem formular objetivos comuns e se esforçar conjuntamente para alcançá-los. (ALLEN, 1999b, p. 101). Dessa forma, Allen procura desfazer essa falsa oposição apresentando, através de Arendt, um modelo de compreensão de identidade dialético que, supostamente, seria capaz de ir além deste impasse.

Em “Solidarity after identity politics: Hannah Arendt and the power of feminist theory”, Allen dedica um espaço maior à apropriações do pensamento político de Arendt feitas por teóricas feministas. Nesse sentido, a autora considera, por exemplo, as produções de Adrienne Rich, Mary O’Brien, Nancy Hartsock e Bonnie Honig. Porém, a intenção de Allen não é apenas indicar o grande interesse que o feminismo tem no pensamento de Arendt, mas, além disso, ressaltar que, muitas dessas apropriações ainda estão vinculadas ou reforçam uma leitura de Arendt nos termos da dicotomia entre identidade e não-identidade. Sobre isso, Allen reitera sua posição exposta na obra de 1999 de que a consequência de atentar para leituras nos termos dessa dicotomia é deixar escapar a importante tensão dialética entre identidade e não-identidade, entre igualdade e diferença, que está no coração da definição de pluralidade de Arendt (ALLEN, 1999b, p. 105).

Apesar das diferenças de ênfase e dos propósitos mais pontuais, a leitura de Arendt apresentada neste artigo é, de fato, muito próxima da leitura que Allen faz em *The Power of Feminist Theory*. Ou seja, uma leitura que defende o potencial teórico de Arendt em oferecer recursos para pensar em uma dimensão coletiva do poder que propiciaria, entre outras coisas²⁸, uma reformulação da noção de solidariedade necessária ao feminismo. Dessa forma, é possível dizer que este artigo tem como função

²⁸ Allen em sua obra de 1999 se ocupa em destacar outras vantagens do conceito de poder em Arendt, como, por exemplo, as distinções normativas que são feitas por ela entre poder, violência, autoridade e força.

não refutar ou mesmo se distanciar das ideias que são propostas pela autora em *The Power of Feminist Theory*, mas, ao contrário disso, reforçar o papel positivo que Arendt pode exercer dentro do debate feminista ao reestabelecer o poder da solidariedade. Isso, entretanto, levanta ainda mais dúvidas sobre os motivos pelos quais, em sua obra de 2008, Allen abandona Hannah Arendt e o importante papel anteriormente cumprido por sua teoria do poder.

3 DESLOCAMENTO TEÓRICO E A QUESTÃO DO SUJEITO POLÍTICO

The Politics of Our Selves: Power, Autonomy, and Gender in Contemporary Theory (2008), marca um momento mais maduro do quadro teórico proposto por Allen, ampliando e aprofundando o conjunto de questionamentos que dirigiam o interesse de análise da autora em 1999. Se em *The Power of Feminist Theory* (1999) Allen propõe um quadro teórico especialmente restrito a uma análise dos matizes da categoria de poder, em 2008 a análise do poder pretende ser articulada à noção de autonomia. Poder e autonomia, as duas categorias centrais visadas nessa etapa, atuam como os polos de compreensão do que Allen nomeia como sujeito político. Nesse sentido, a harmonização entre ambos será considerada não apenas necessária para superar uma cisão deixada em aberto no debate político feminista, mas imprescindível para a construção de uma compreensão do sujeito político adequada ao programa teórico feminista, por abarcar o papel que o poder desempenha no processo de subjetivação e uma via de resistência política através da noção de autonomia.

Nesse sentido, é possível encontrar na obra de 2008 um salto teórico significativo que inclui a noção de autonomia no projeto teórico da autora, mas não apenas isso: também podemos verificar uma mudança significativa na própria concepção de poder utilizada. Com efeito, um deslocamento significativo da agenda teórica de Allen pode ser encontrado no abandono da concepção arendtiana de poder, defendida anteriormente como necessária para pensar formas positivas de resistência e ação política, e um tratamento da categoria de poder agora realizado exclusivamente segundo a vertente pós-estruturalista.

O presente capítulo tem o propósito de descrever e problematizar algumas dessas mudanças de perspectiva teórica que acontecem em *The Politics of Our Selves*. Como dito, a abordagem da construção do sujeito na teoria feminista é apresentada ali através de dois polos diferentes de compreensão: poder e autonomia. Enquanto a categoria de poder é considerada necessária para dar conta da análise do processo de subjetivação e constituição desse sujeito através das suas relações intersubjetivas, a conciliação com uma noção de autonomia oferece potenciais de crítica e ação política. O espaço de interlocução criado entre esses dois conceitos, que pretendem torná-los harmonizáveis entre si, oferece uma possível resolução para a cisão do debate político feminista cindido entre a perspectiva pós-estruturalista e posições normativas fortes. Dessa forma,

Allen encontra em Foucault e Butler o modelo de poder mais propício à tarefa de abordar o processo de subjetivação e constituição do sujeito, sendo útil para reconhecer e analisar a formação de relações de subordinação. Já a noção de autonomia proposta por Allen parte do que é produzido por Seyla Benhabib, agregando uma noção de autonomia prática que se mostra bastante robusta e propícia a gerar possibilidades de emancipação através da ressignificação de narrativas. Pretendemos aqui apresentar a “questão do sujeito”, tratada por Allen sob esse título em *The Politics of Our Selves*, e avaliar suas implicações em face do projeto teórico anteriormente formulado por ela em *The Power of Feminist Theory*. Ao que tudo indica, a mudança de cenários e referências teóricas que ocorre entre essas duas obras marca uma mudança significativa no pensamento político de Allen.

3.1 A questão do sujeito

Se em 1999, Allen se dedica à difícil tarefa de atender ao interesse feminista na categoria de poder e, ao mesmo tempo, a necessidade de teorizar formas de resistência e solidariedade que sejam compatibilizáveis ao contexto do poder, sua obra posterior, *The Politics of Our Selves*, de 2008, apresenta uma tentativa mais ampla e madura de aprofundamento do debate político feminista que tem como objetivo associar as principais contribuições da categoria de poder desenvolvidas no quadro teórico pós-estruturalista – fundamental para a percepção e crítica das relações de subordinação de gênero – à elaboração de vias de emancipação que possibilitem um campo de resistência e agência do sujeito político feminista. Apesar de estas obras apresentarem profundidades e cenários teóricos diferentes, a preocupação de Allen, tanto em 1999 quanto em 2008, parece pairar sobre um objetivo muito próximo: o de compreender o alcance profundo da categoria de poder dentro do feminismo como uma das principais chaves de compreensão da subordinação de gênero e, ao mesmo tempo, insistir em uma forma de crítica que aponte para as possibilidades de emancipação. Em 2008, a tentativa de cumprir essa dupla tarefa não é feita mais através da agregação de uma teoria ampla e multifacetada do poder, principal propósito em 1999, mas sim em nome de uma compreensão mais ampla do que Allen chama de questão do sujeito.

Analisar o problema do sujeito no interior do feminismo remete-nos, segundo a autora, a um balanço entre dois polos de compreensão: poder e autonomia. O embate entre estes dois polos marca a existência de uma cisão ainda não solucionada no pensamento político feminista, relacionada por um lado, a uma herança normativa, movida fortemente por uma noção de autonomia que carrega consigo os aspectos normativos necessários à possibilidade de crítica e ação política, e por outro lado, uma herança pós-estruturalista que reflete a categoria de poder como central no processo de formação da identidade do sujeito. A existência de tal cisão, resultado da manifestação destes dois polos tradicionalmente concebidos como antípodas²⁹, atua como um limitador para a construção de um espaço mais amplo de análise que agregue os dois aspectos de construção do sujeito político. A proposta de Allen, neste sentido, vai em direção à tarefa de estabelecer um meio termo entre os dois campos da subjetividade política em debate. A investigação que Allen se propõe a fazer diz respeito à análise e reelaboração dos pontos suscetíveis de harmonização entre estas duas perspectivas, verificando a possibilidade de oferecer linhas comuns ou traços de compatibilidade entre elas. Segundo Allen, o objetivo de conectar essas duas linhas de produção teórica busca não apenas solucionar uma fragmentação infrutífera do debate feminista, como também desenvolver um quadro que ilumine ambos os aspectos *da subjetividade*³⁰ (ALLEN, 2008, p. 02), o que significa estabelecer um espaço de interlocução que seja capaz de:

[...] oferecer uma análise do poder em toda sua profundidade e complexidade, incluindo uma análise da sujeição que explique como o poder funciona no nível intersubjetivo para moldar e constituir nossa própria subjetividade, e uma consideração de autonomia que capture a capacidade de constituição do sujeito para reflexão crítica e autotransformação, sua capacidade de ser auto constituinte. (ALLEN, 2008, p. 02)

Segundo Allen, a tarefa de compatibilizar ambos os polos de compreensão do sujeito político se liga, ao mesmo tempo, aos dois principais aspectos dos quais a teoria

²⁹ Em relação a serem antípodas, me refiro à limitação ou dificuldade em conceber uma noção de autonomia ao mesmo tempo em que admitimos que o processo de formação de identidade do sujeito é fruto da sua vinculação ao poder. Uma noção de autonomia vinculada a este processo, ou seja, uma possibilidade de agência, autonomia ou crítica dentro do campo de poder, segundo Allen, “não seriam nada mais do que ilusões ou estratégias engenhosas do poder” (ALLEN, 2008, p.02).

³⁰ Grifo nosso.

crítica pretende dar conta: um diagnóstico explanatório sobre as relações sociais e políticas do seu tempo e a pretensão de encontrar em seu interior potenciais emancipatórios. A primeira tarefa remete a uma consideração sobre a sujeição capaz de iluminar a realidade das relações de subordinação ao longo das linhas do gênero, raça e sexualidade; em relação à segunda tarefa, trata-se de delinear um quadro da autonomia que, sem negligenciar os efeitos constitutivos das diferentes formas de subordinação, ilumine as capacidades subjetivas de lhes opor resistência (ALLEN, 2008, p. 03).

Assim como em 1999, Allen se mostra consciente da grande dificuldade de compatibilizar o projeto crítico de Foucault e Butler a um tipo de pensamento mais eminentemente normativo, mas, ao mesmo tempo, não deixa de continuamente reconhecer o papel fundamental desempenhado por esse projeto na produção de um diagnóstico menos utópico sobre nossas capacidades efetivas de emancipação. Dessa forma, Allen mantém o referencial pós-estruturalista em 2008 e, neste contexto, propõe-se a buscar “as possibilidades para resistir e transformar tal subordinação em direções mais emancipatórias” (ALLEN, 2008, p. 03) – o que será buscado, em última instância, no tipo de autonomia presente no modelo de self narrativo de Seyla Benhabib.

Apesar de conservar o referencial pós-estruturalista de poder de Foucault e Butler em *The Politics of Our Selves*, é possível notar que a mudança de registro ocorrida entre suas obras de 1999 e 2008 também acarreta o deslocamento da ênfase dada por Allen a aspectos diferentes desses mesmos autores. Uma das mudanças que pode ser destacada nesse sentido diz respeito às obras de Butler que passam a ser trabalhadas por Allen em 2008. Embora em 1999 Allen já considere tanto *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade* (1990), quanto *The Psychic Life of Power: Theories in Subjection* (1997), podemos verificar uma maior relevância da primeira dessas obras, bem como o foco privilegiado dado à teoria da performatividade. Em 2008, diferentemente, a apropriação de Butler é mais amplamente amparada em sua produção de 1997, com destaque, sobretudo à tese do desejo de subordinação. Segundo Allen, em *The Psychic Life of Power*, Butler apresenta uma ampliação interessante da noção foucaultiana de poder proporcionada por um viés psicanalítico que “expande a noção de sujeição analisando as maneiras pelas quais os indivíduos subordinados se tornam apaixonadamente ligados à mesma e, assim, chegam a desejar sua própria subordinação” (ALLEN, 2008, p. 73). Nesse sentido, Allen encontra no que é produzido

por Butler em 1997 uma análise profunda dos processos de subjetivação a partir de um redirecionamento da concepção foucaultiana de poder aos problemas de gênero, retratando os mecanismos psíquicos pelos quais o poder é exercido ³¹ na formação da subjetividade. Este “polo de compreensão” ilumina o processo de subjetivação através da subordinação ao poder e, ao mesmo tempo, coloca dificuldades habitualmente não reconhecidas pelas concepções normativas de autonomia, exigindo uma reelaboração dessa categoria que não negligencie por completo a necessidade de sujeição.

A perspectiva de formação de identidade através da sujeição ao poder revela um indivíduo que forçosamente deseja o sujeitar-se a fim de ser reconhecido. Assim, é possível dizer que, segundo Allen: “diante de uma escolha entre uma identidade baseada na subordinação e nenhuma identidade, o sujeito subordinado escolhe pelo primeiro” (ALLEN, 2008, p. 75). Além disso, esse tipo de interpretação da subjetividade, segundo Allen, nos leva a acreditar que nossas únicas alternativas são submeter-se à lógica da sujeição ou não ter existência social nenhuma. Alternativas que, para Allen, seriam indesejáveis em si mesmas e incompatíveis com as próprias afirmações de Butler ³² (ALLEN, 2008, p. 83).

Dessa forma, o processo de subjetivação, como desenvolvido por Butler em 1997, enfatiza uma concepção de identidade que não se vincula a uma ideia de identidade como um dado ou conjunto de disposições “naturais”. Ao contrário disso, a noção de poder vinculada ao pós-estruturalismo apresenta o sujeito como um campo ³³ próprio de exercício do poder, onde ele está não apenas exposto necessariamente às diversas relações de poder que o atravessam, mas é resultado dessas mesmas relações que ao mesmo tempo o produzem e o subordinam. A adesão de Allen a um modelo de subjetividade como efeito de um processo produtivo em que a figura do poder é determinante, faz com que ela também se comprometa com uma perspectiva que

³¹ Segundo Butler a internalização do poder é possibilitada pelo que ela indica ser uma “vulnerabilidade primária” inerente à vida de todos os indivíduos nos primeiros anos de vida. Butler indica que este tipo de dependência não seja especificamente uma subordinação política, é esta dependência ou subordinação primária que o torna vulnerável aos outros tipos de subordinação. (BUTLER, 1997, p.18-19)

³² Para Butler, a recusa à lógica da subordinação equivaleria à um “suicídio social” e que, consequentemente, segundo Allen, iria contra as próprias afirmações de Butler a respeito do nosso narcisismo primário e nosso desejo de reconhecimento a qualquer preço (ALLEN, 2008, p. 83).

³³ Segundo Butler (1997, p.14), o sujeito deve ser compreendido como um campo de ambivalência do poder. Externamente ele é submetido ao exercício do poder como um tipo de poder que o relega a uma ordem ou lei exterior a ele, dada de “fora” e, de forma interna ao sujeito, o poder trabalha a partir de uma vulnerabilidade primária que propicia o exercício do poder enquanto mecanismo interno responsável pelo processo de subjetivação e identidade do sujeito.

oferece reduzidas possibilidades – ou talvez completa impossibilidade – de abrigar uma noção forte de autonomia. Segundo Allen:

[...] it leads us to a difficulty, for these two sides of politics of the self are often thought to be incompatible with each other. It has been assumed that thinking of the self as political in the first sense as constituted by power, makes a politics of the self in the second sense impossible, because it reveals agency, autonomy, and critique to be nothing more than illusions, power's clever ruses. (ALLEN, 2008, p.02)

Apesar da noção de poder introduzida por Butler ser indiscutivelmente útil à compreensão do processo de subjetivação e à produção das relações de gênero, tal consideração parece vir acompanhada de graves problemas relacionados à dimensão crítico-emancipatória vinculada às possibilidades de superação da sujeição (ALLEN, 2008, p. 11), ou seja, se a subordinação é entendida como a condição de possibilidade para o sujeito – se sua formação é necessariamente vinculada ao poder – então a questão colocada é: como a agência subjetiva, entendida como resistência à subordinação, é possível? (ALLEN, 2008, p. 75).

Direcionando ao quadro teórico de Butler limitações relativas à existência de um déficit normativo e à falta de clareza em traçar distinções mais minuciosas entre relações de dependência e subordinação ³⁴ – o que impossibilitaria Butler de compreender as interações sociais fora de um registro estritamente ligado às assimetrias de poder – levam Allen a defender o modelo de Butler como inadequado aos propósitos de uma teoria crítica feminista destinada não apenas ao diagnóstico das relações de subordinação de gênero, mas às bases teóricas necessárias à superação das mesmas. Ainda assim, Allen vê na reformulação da noção de poder produtivo de Butler o recurso mais favorável à compreensão da subjetivação como processo de subordinação. Com Foucault e Butler, teríamos um tipo de abordagem que equaciona a realidade social a

³⁴ Segundo Allen, a superação do déficit normativo que leva Butler a não diferenciar formas de dependência de subordinação abriria a possibilidade de conceitualizar formas de dependência e reconhecimento que são não subordinadas ou propriamente menos subordinadas; só relações tais como essas podem suportar o desenvolvimento de formas de subjetivação que não mirem na subordinação (ALLEN, 2008, p. 84)

um conjunto de relações assimétricas de poder, no qual “não existe nada fora do poder”³⁵ e, conseqüentemente, nada que transcenda as relações de poder. Frente à perceptível dificuldade em alojar uma categoria propícia de resistência que seja consistente a esse cenário pós-estruturalista, Allen é levada a buscá-la em um modelo de autonomia proveniente de tradições normativas alheias.

Neste contexto, definindo autonomia como “the constituted subject’s capacity for critical reflection and self-transformation, its capacity to be self-constituting” (ALLEN, 2008, p. 2-3), Allen vê na noção de autonomia desenvolvida por Habermas e, posteriormente reformulada por Seyla Benhabib, uma possibilidade teórica normativamente frutífera e articulável ao contexto do poder. Ao apresentar a noção de autonomia, Allen reconstrói as principais³⁶ críticas de Benhabib direcionadas ao modelo ético comunicativo de Habermas, as quais remeteriam à necessidade de um modelo moralmente menos exigente e mais contextualizado histórica e socialmente. Dessa forma, segundo Allen:

Benhabib’s positive and significant contribution to critical theory consists of an attempt to develop Habermasian critical theory and communicative ethics, on the basis of these insights in a more modest and self-consciously historical direction” (ALLEN, 2008, p. 156).

Reorientando o modelo ético comunicativo a um horizonte mais contextual e situado, Benhabib opera um tipo de reformulação que visa reparar um “excesso racionalista” contido na noção de autonomia habermasiana. Vale dizer, uma concepção de autonomia entendida como a avaliação reflexiva das normas e valores que orientam o sujeito em sua vida cotidiana em nome de sua suposta aceitabilidade universal, pressupondo assim a possibilidade de “distanciamento” do sujeito autônomo em relação aos próprios contextos éticos e deontológicos responsáveis pela formação de suas capacidades avaliativas. Para Allen, Benhabib desenvolve uma versão do universalismo político-moral que seria mais atento à importância crucial do particular em nossas vidas

³⁵ A formulação “*there is no outside of power*” encontrada na introdução da obra de 2008, Allen faz menção a uma perspectiva de abordagem foucaultiana seguida por Butler que compreende a totalidade social – tanto as noções de capacidade crítica, agência e discurso – permeadas, necessariamente, pelo poder.

³⁶ As três críticas são: 1. Ao status de reconstrução racional, 2. O status da refletividade como ideal normativo e 3. O ponto de vista pós convencional como representando um avanço de desenvolvimento irreversível.

éticas e políticas, enfatizando a interação entre universal e particular nos processos coletivos de tomada de decisão (ALLEN, 2008, p. 153). É necessário salientar que o tipo de universalismo proposto por Benhabib, conhecido como “*interactive universalism*”, não se funda na negação da racionalidade implícita que move o processo de tomada de decisão baseadas no debate discursivo, mas enfatiza potenciais não racionais, corporais, afetivos e concretos (ALLEN, 2008, p. 153).

Esse tipo de movimento teórico buscaria oferecer ao debate feminista uma nova forma de pensar a subjetividade mais receptível a questões de gênero, agência política e ressignificação de discursos. Assim, diferente de um paradigma comunicativo fundamentado em um ideal de consenso, Benhabib formula uma noção de *ongoing narratives*, onde “the emphasis now is less on *rational agreement*, but more on sustaining those normative practices and moral relationships within which reasoned agreement *as a way of life* can flourish and continue.” (BENHABIB, 1992, p. 38). Com intuito de oferecer um modelo de *self* mais adequado às noções de subjetividade e autonomia pretendidas, “Benhabib proposes a narrative conception of subjectivity that emphasize the subject’s agentic powers to resist norms of subordination and create new ways of being” (GATENS, 2014, p.42).

Embora a formulação do “*self* narrativo” nem sempre apareça de forma explícita no trabalho de Benhabib – o que Allen admite ao usar essa expressão – essa noção parece ser paulatinamente construída ao longo das suas obras a partir de outras concepções que se vinculam às reformulações na noção de autonomia. É possível encontrar, por exemplo, já em obras como *Situating the Self* (1992), quanto em seu debate³⁷ com Judith Butler, elementos teóricos importantes que direcionam o tipo de formulação de *self* pressuposto por Benhabib e que se vinculam, em grande medida, à elaboração de uma estrutura narrativa que deve compor a concepção de sujeito. Segundo Allen, a figura do *self* narrativo possibilita a Benhabib oferecer uma compreensão de subjetividade que é capaz de escapar da pressuposição de uma concepção demasiadamente exigente de sujeito racional, a qual corrobora a formação de diagnósticos “generalizantes” e mostra-se menos apta à apreensão dos modos concretos de impregnação do poder na configuração de nossas disposições subjetivas.

³⁷ *Feminist Contentions: A Philosophical Exchange* (1995)

Ao conceber o *self* de uma forma historicamente situada a partir da sua habilidade em produzir e ressignificar narrativas – o que deve pressupor também a construção de narrativas a partir de sistemas de gênero/sexo e raça, por exemplo –, Allen encontra na figura do *self* narrativo uma possibilidade promissora de compatibilização entre noções de poder e autonomia. Assim, a autora analisa esse modelo teórico de forma não apenas a explicitar a possibilidade de harmonização que provém dele, mas também a revelar uma concepção satisfatoriamente robusta de autonomia proporcionada por sua estrutura narrativa. Segundo Allen, a figura do *self* narrativo permite a Benhabib oferecer uma concepção forte de autonomia prática³⁸ que se expressa através da “capacidade de exercer escolha e agência sobre as condições de identificação de narrativas” (ALLEN, 2008, p. 163). Dessa forma, a perspectiva narrativa de *self* extraída de Benhabib possibilita a Allen alcançar uma forma viável de inserir uma noção de autonomia e agência normativamente mais consistentes não só ao objetivo de uma teoria crítica que deve cumprir um aspecto “antecipatório-utópico”, mas também compatível a uma compreensão do poder. Nesse sentido, Allen procura explorar mais a fundo a concepção de narrativa que engendra o modelo de *self* de Benhabib, enfatizando noções como a de “webs of interlocution”, significativa à estruturação teórica intersubjetiva que está por trás das formas de agência e autonomia. Segundo Allen, a partir de Benhabib, apesar de inevitavelmente estarmos lançadas desde sempre nessas teias de interlocução – que podem ser entendidas como redes de narrativas que afetam e constroem nossa própria narrativa de vida – ainda assim, mesmo considerando a impossibilidade de transcender tal teia narrativa, a capacidade de agência não é extinta. Construindo agência e autonomia a partir do contexto narrativo:

Moreover, although we are thrown into these ongoing narratives and thus are not in a position to choose them or interlocutors, our agency consists in our capacity to weave out of those narratives and fragments of narratives a life story that makes sense for us, as unique individual selves. (ALLEN, 2008, p. 161)

³⁸ Essa noção de autonomia prática proposta por Benhabib também se vincula a um aspecto interativo de autonomia, onde “interativo” refere-se ao modelo de autonomia que deve se concentrar não apenas na capacidade do indivíduo em narrar sua própria história, mas na sua habilidade de vincular-se – de forma voluntária ou involuntária – a diferentes narrativas. Tal aspecto interativo pode ser extraído, em grande medida, a partir da noção de “webs of interlocution” de Benhabib. Ver: *Sexual Difference and Collective Identities: The New Global Constellation*, p. 344 In: *Signs* (1999).

A impossibilidade de transcender completamente tais redes de interlocução é um dos aspectos do *self* narrativo que o permite romper uma lógica de compreensão do sujeito político como um dado a-histórico e auto-constituente. Contra isso, Benhabib reivindica através da narrativa uma forma concreta e corporificada de subjetividade. Embora a compreensão de um *self* fixado necessariamente em uma teia de interlocuções possa, à primeira vista, insinuar um aspecto determinista, Benhabib oferece, ao contrário disso, uma noção de autonomia e agência que se fundamentam no elemento de *instabilidade* própria dessa noção de teia.

A vulnerabilidade das narrativas frente à intersecção de outras narrativas – que possivelmente podem distorcer, ressignificar e reelaborar a mesma narrativa –, segundo Allen, fazem com que “[...] nós nunca estejamos no controle total das nossas próprias narrativas, pois elas devem alcançar algum grau de adequação com outras narrativas que se desdobram continuamente e com as quais as nossas próprias histórias de vida estão inextricavelmente interligadas” (ALLEN, 2008, p. 162). Logo:

O conteúdo dessa história está sempre em mutação. Jamais concluímos uma narrativa cristalizada sobre a nossa vida. Nem mesmo nossas lembranças passadas são estáveis, pois elas somente podem ser revividas através de narrativas do presente. Serão, portanto, as relações intersubjetivas do presente, que darão sentido às histórias do passado, ao longo de toda nossa vida. (CYFER, 2009, p. 48)

Contudo, mesmo considerando o *self* narrativo a figura mais promissora aos propósitos colocados em 2008, Allen dirige a ele críticas que insinuam sua incompletude. Expressões como: “[...] Benhabib’s account of practical autonomy remains a bit too strong”; “[...] Benhabib’s work also retains a problematically rationalist core”; “[...] this conception retains a rationalistic residue in the form of the presupposition of an ungendered core of the self” (ALLEN, 2008, p. 153) resumem, em parte, o posicionamento crítico de Allen em relação à impossibilidade de adesão total ao modelo narrativo de *self*. O que se justifica, segundo Allen, pelo fato de que Benhabib parece ainda não ter superado por completo um problemático núcleo racionalista do *self*.

A limitação que Allen identifica como um “resíduo racionalista” é decorrente da forma pela qual Benhabib constrói a ideia do *self* narrativo de modo a conceber o

gênero ele mesmo como um tipo de narrativa. Segundo Allen, “as a result of conceptualizing gender as a narrative, however, Benhabib must presuppose a core identity to the self that precedes or transcends gender” (ALLEN, 2008, p. 163). Ou seja, nesta direção, o *self* narrativo parece pressupor um núcleo neutro ou um *ungendered core* a partir do qual as narrativas são construídas. Ao reclamar uma concepção de *self* que considere o gênero como um dos elementos que estrutura a construção das narrativas, Allen aponta que:

The problem is that Benhabib herself does not present the self how to weave gender narratives into his/her life story as already gendered; on the contrary, she tends to talk as if gender is a narrative that the self takes up and weaves together with other narratives to write its life story. (ALLEN, 2014, p. 65)

A crítica de Allen aos “resquícios racionalistas” que supostamente estariam implícitos na formulação narrativa de subjetividade proposta por Benhabib a direcionam a uma análise de estudos empíricos e outras referências teóricas que consideram o processo de formação de identidade nos primeiros anos de vida e o papel exercido pelo gênero como elemento estruturante desse processo. Allen faz interessantes apontamentos a respeito das contribuições desse tipo de literatura, não apenas à compreensão geral das relações entre formação da identidade e gênero, mas também no que se refere ao objetivo mais específico de corroborar seu argumento a respeito da impossibilidade de conceber um núcleo neutro de *self*³⁹. Apesar de esses apontamentos alimentarem debates significativos sobre o tema⁴⁰, os quais, entretanto, excedem os objetivos deste capítulo.

Desse modo, a conclusão de Allen é sustentar que a formulação de *self* narrativo ainda não supera por completo alguns vícios da construção racionalista da autonomia anteriormente apontados em Habermas, os quais dizem respeito aqui à presunção de um núcleo do *self* neutro em relação ao gênero e que precede a narrativa. Segundo Allen, é justamente esse fator limitante, a pressuposição de um *ungendered core*, que permite a Benhabib adotar uma posição exageradamente positiva em relação às possibilidades de

³⁹ Allen apresenta as principais críticas ao suposto núcleo neutro do *self* narrativo na seção “*Gender, Power and Narrative*” da sua obra de 2008.

⁴⁰ No campo de debate político feminista, a crítica aos “resquícios racionalistas” foi objeto de análise de Moira Gatens em “*Let’s Talk Story: Gender and the Narrative Self*” (2014), onde Allen é acusada de privilegiar o gênero frente a outras narrativas culturais, éticas e familiares, por exemplo.

superação e transformação de sistemas de subordinação. Se levássemos a sério um sistema estruturante de narrativas baseadas no gênero, ao invés de assumirmos um núcleo neutro da agência subjetiva, então, embora a resistência e a autotransformação crítica não se tornassem necessariamente impossíveis, o modo de alcançá-las representaria algo diferente e provavelmente mais difícil do que imagina Benhabib (2008: 170). Ou seja:

If the roots of gender identity lie deeper than those of the narrative ability that Benhabib views as the source of spontaneity, creativity, and agency, then interrelated assumptions about gender difference and gender dominance are so basic to our sense of ourselves that they are likely to be extremely resistant to critique and to change. (ALLEN, 2008, p. 170).

Com isso, Allen finaliza *The Politics of Our Selves* carregando consigo a impossibilidade de total adesão ao modelo que, em hipótese, estaria mais propenso a desempenhar o papel que interliga os polos de compreensão do sujeito político. Em outras palavras, o problema da integração entre poder e autonomia, necessária a uma concepção crítica de sujeito político, não é solucionado por completo.

3.2 Desaparecimento da ação coletiva? Duas linhas de interpretação

Similarmente ao que era proposto em 1999, Allen apresenta uma problemática que requer um esforço de apropriação crítica e integração entre diferentes referenciais teóricos. Porém, a questão deixada em aberto em 2008 é não apenas como Allen poderia integrar de forma mais satisfatória o modelo de *self* narrativo e outros conceitos centrais ao pensamento político de Benhabib a fim de superar a presunção de um núcleo neutro do *self*. À luz do que acompanhamos nos últimos capítulos, interessa-nos, sobretudo perguntar se a apresentação da questão do sujeito como enunciada por Allen em sua obra de 2008 representa, efetivamente, um distanciamento da dimensão *coletiva* de ação política. Nesse sentido, dois caminhos diferentes de interpretação poderiam ser levantados: um deles levando em consideração o conteúdo teórico explicitamente

apresentado por Allen em *The Politics of Our Selves* e, o outro, tomando como ponto de referência a perspectiva mais ampla do projeto crítico de Allen.

Se aderíssemos à primeira forma de elaboração, levando em conta estritamente o modo como é enunciada a questão do sujeito em sua obra de 2008 e as estratégias que Allen mobiliza para solucioná-la, o desaparecimento do conceito de poder de Hannah Arendt e sua noção correlata de solidariedade – que tinham justamente a função de oferecer uma dimensão coletiva de poder e resistência ao seu projeto de 1999 – em troca de uma noção de autonomia pessoal em 2008, representaria, aos olhos de suas leitoras, o obscurecimento de uma dimensão coletiva de ação política. Com efeito, a ênfase na questão do sujeito e, sobretudo, em uma análise da formação subjetiva leva Allen a um cenário teórico que se distancia significativamente do que é feito por ela em 1999. Não que esses novos desenvolvimentos não representem em si contribuições significativas ao debate filosófico contemporâneo: apesar do obscurecimento de uma dimensão coletiva de ação política, a obra de 2008 traz como contraponto uma análise profunda e original acerca dos principais pontos de vista teóricos a respeito dos processos de subjetivação. Vale dizer, a obra tem em si o mérito de retirar questionamentos habituais sobre subordinação e autonomia das amarras teóricas de um sujeito dado e isolado, considerando-as componentes de um processo contínuo de formação da subjetividade. De um lado, Allen enfatiza o processo de subjetivação pela subordinação, fazendo com que seja possível “entender os sujeitos como constituídos através das relações de poder e da sujeição e também potencialmente ligados e investidos nesses modos de subordinação de identidade” (ALLEN, 2008, p. 177). De outro lado, a tentativa de compatibilização da categoria de poder a uma noção de autonomia pessoal faz com que “nós possamos entender autonomia como uma capacidade crucialmente importante, socialmente e intersubjetivamente desenvolvida, que nos permite assumir uma perspectiva crítica sobre as relações de poder” (ALLEN, 2008, p. 177). Nesse sentido, Allen em 2008 oferece um expressivo trabalho sobre o debate acerca das identidades individuais que compõe o sujeito do feminismo através da apresentação de noções de ação política e emancipação, localizadas em um modelo de *self* consciente das relações de poder que o produzem e que exerce, a partir dessa tomada de consciência, algum grau de autonomia prática. Essa capacidade crítica, segundo Allen, lançaria luz sobre as possibilidades de resistência e transformação à subordinação de gênero e outras formas questionáveis de identificação narrativa. Apesar disso, a questão da ação coletiva não

aparece explicitamente no texto, fazendo crer que esse tipo de resistência pessoal pode ser operada em termos estritamente individuais.

Contudo, uma segunda linha de interpretação, a qual orientou mais diretamente a construção deste trabalho, faz uso da hipótese, não explicitada por Allen, de que ambas as obras devem ser consideradas como partes de um único projeto teórico mais amplo – qual seja, oferecer ao debate feminista uma compreensão aprofundada do sujeito político em seu registro tanto individual como coletivo. Desse modo, embora a ênfase em 2008 não esteja especificamente colocada sobre a dimensão coletiva de ação política, poderíamos argumentar que tal dimensão já estaria presente e agregada em seu projeto mais amplo, considerando assim os resultados de *The Power of Feminist Theory* como pressupostos e complementares a *The Politics of Our Selves*.

Na seção “The Subject of Politics”, que compõe a introdução da sua obra de 2008, Allen discute a crítica de Linda Zerilli em *Feminism and the Abyss of Freedom* a respeito da “obsessão” da teoria feminista em relação à questão do sujeito. Segundo Allen, o principal questionamento de Zerilli é dirigido à produtividade dos debates feministas que estão atados a um “subject-centered frame”. Segundo Allen, Zerilli não questiona apenas a utilidade de debates teóricos que discutem a compreensão individual do sujeito político, mas a própria postura de se investigar o sujeito do feminismo – isto é, os embates sobre os possíveis polos de compreensão do sujeito político (poder e autonomia) e os debates sobre o significado da categoria mulher. Allen aponta que, de acordo com Zerilli:

Tais debates não levaram as feministas a lugar nenhum [...], propondo que, em vez de tentar resolver os problemas colocados em tais discussões, deveríamos dissolvê-las, mudando para um novo *framework* centrado na prática da liberdade (ALLEN, 2008, p. 13).

O deslocamento proposto por Zerilli ao debate feminista seria o de localizar as práticas de liberdade não como uma questão do sujeito, mas, ao contrário disso, como uma “questão de mundo” (ALLEN, 2008, p. 14). A saída proposta por Zerilli, a partir disso, é dirigir o debate feminista para além do quadro do sujeito fragmentado entre sujeição e auto-transformação, dirigindo-o para um concepção arendtiana de liberdade centrada na pluralidade e na ação da esfera pública. À luz dos objetivos deste trabalho, o

que chama mais atenção aqui é o modo como Allen se posiciona a respeito da proposta de Zerilli de escolher Arendt como um possível recurso teórico para o deslocamento da questão do sujeito em direção a um *framework* da liberdade. Segundo Allen:

Simply claiming that freedom is a world rather than a subject question does not obviate the need for thinking about the **individual subject**⁴¹ and its capacities for critical reflection and self-transformation, nor does it establish that such matters are not properly political (ALLEN, 2008:16).

Segundo Allen, a definição de “mundo” de Arendt não pode fazer sentido sem uma compreensão de sujeitos individuais responsáveis pela constituição e manutenção desse mundo comum, assim como, similarmente, a definição de arendtiana “liberdade” pressupõe implicitamente um sujeito correlato, dotado de capacidade e motivação para agir (ALLEN, 2008, p. 16). Em outras palavras, o que Allen parece indicar é que, mesmo se, em hipótese, deslocássemos o foco do debate feminista da questão do sujeito para outro quadro teórico focado no conceito de mundo e em suas práticas coletivas – ainda assim seria necessário atentar para a subjetividade pressuposta nessas mesmas práticas. A partir disso, Allen argumenta que:

Even if such formulations do helpfully resituate the individual subject in an intersubjective frame, they obviously do not leave the problem of subject behind completely; indeed, they cannot even be posed without reference to that very problem (ALLEN, 2008, p. 16)

Desse modo, seria possível argumentar que, mesmo que em 1999 o foco de Allen esteja mais explicitamente vinculado a uma dimensão coletiva de poder como solidariedade, ainda assim, considerando o que Allen argumenta nesta seção de 2008 – talvez sua única alusão direta a Arendt nesta obra – podemos concluir que uma compreensão do sujeito individual se faz necessária. E mais importante: Allen não parece aqui refutar a necessidade de um conceito de mundo compartilhado, nem mesmo um mesmo um conceito de liberdade centrado na pluralidade e na ação conjunta, mas sim sugerir seu necessário acoplamento à questão do sujeito e às dificuldades próprias que ela nos traz. Nesse sentido, seria interessante perceber que, na própria obra de

⁴¹ Grifo nosso.

Arendt, ação conjunta e self narrativo se alimentam reciprocamente. Segundo Arendt, em *A Condição Humana*:

A revelação da identidade através do discurso e o estabelecimento de um novo início através da ação incidem sempre sobre uma teia já existente, e nela imprimem suas consequências imediatas. Juntos, iniciam um novo processo, que mais tarde emerge como a história singular da vida do recém-chegado, que afeta de modo singular a história da vida de todos aqueles com quem ele entra em contato. (ARENDR, 1958, p.196)

Em conclusão, considerar o posicionamento de Allen a respeito da crítica de Zerilli serviria para corroborar que a chave de interpretação mais frutífera para compreender o movimento teórico que ocorre entre suas obras de 1999 e 2008 não é o de ruptura, mas, ao contrário disso, de continuidade. A consideração de tal continuidade entre as obras, além disso, não deve obscurecer o fato de que elas são marcadas por um diferente modo de elaboração do mesmo problema. A partir dessa perspectiva, seria possível indicar uma complementariedade implícita ao que é produzido em *The Power of Feminist Theory* e em *The Politics of Our Selves*, na medida em que a primeira obra cumpre a tarefa de registrar uma dimensão coletiva da subjetividade política e a seguinte, o processo de construção individual do sujeito político que estaria implícito na dimensão coletiva de poder anteriormente retratada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste trabalho foi analisar as principais questões que cercam o atual campo de discussão político feminista em relação à questão do sujeito. Como já dito, a elaboração explícita de seu projeto teórico em função da “questão do sujeito” é feita apenas em sua obra de 2008, *The Politics of Our Selves*. Allen ali apresenta um projeto crítico que busca não apenas abarcar os principais recursos teóricos para o diagnóstico e a denúncia das formas de subordinação de gênero, mas também trabalhar os potenciais emancipatórios necessários para sua superação, o que exigiu a concatenação das categorias de poder e autonomia. Ainda que a “questão do sujeito” seja aquela que motiva mais diretamente este trabalho, a estratégia geral escolhida aqui consistiu em dar um passo atrás em relação à obra em que Allen explicitamente trata deste tema. Assim, o ponto de partida foi localizado em *The Power of Feminist Theory*. A adoção dessa estratégia é justificada não só pelo fato de acreditar que uma compreensão das duas obras em conjunto permite valorizar o percurso teórico que conduz Allen a *The Politics of Our Selves* no intervalo de quase uma década, mas, sobretudo, por acreditar que uma tal compreensão ampliada revela passos teóricos necessários a uma apresentação mais ponderada da questão do sujeito.

Para isso, a estrutura deste trabalho consistiu em articular um primeiro e segundo capítulos que tiveram como objetivo geral compreender mais especificamente o contexto teórico do poder que é o pano de fundo da obra de 1999. Enquanto o primeiro capítulo analisa os passos mais significativos dados pela autora em seu objetivo de integrar diferentes concepções feministas de poder na elaboração de uma mais ampla e diversificada *teoria feminista do poder*, o segundo atende ao objetivo mais específico de analisar o sentido do último componente teórico apresentado por Allen na composição dessa mesma teoria, a saber, Hannah Arendt. Nele foi analisado o papel significativo atribuído a Arendt, como um recurso teórico complementar às concepções de Foucault e Butler através da explicitação de sua dimensão coletiva, necessária à satisfação de um dos três principais interesses feministas no poder, a saber, o poder da solidariedade. Por fim, o terceiro e último capítulo teve como função geral apresentar de forma breve o projeto posterior de Allen em 2008, localizando o que ela nomeia como a questão do sujeito. Nesse sentido, o objetivo foi não somente compreender a problemática do

sujeito e os dois polos de uma tensão a ele vinculada: poder e autonomia. Buscou-se, além disso, compreendê-lo a partir de um manifesto deslocamento teórico que marca as obras de 1999 e 2008. E o ponto crucial de um tal deslocamento teórico foi o desaparecimento do referencial arendtiano, justamente aquele componente que cumpria em 1999 a função destacada de desfecho a um longo percurso pelas concepções feministas de poder e seus problemas correlatos. A partir disso, questionou-se sobre as possíveis justificativas que levam Allen a abandonar Arendt e a sua categoria de poder em 2008 e, ainda, sobre quais os possíveis efeitos e significados que tal abandono tem na articulação da questão do sujeito em seu projeto posterior.

A análise do deslocamento teórico também abriu espaço para que fosse possível observar algumas afinidades entre os contextos de 1999 e 2008. Por exemplo, foi possível reconhecer afinidades significativas em relação à estratégia argumentativa empregada. Em ambas as obras, trata-se de buscar no embate entre vertentes teóricas consideradas conflitantes o esclarecimento mútuo acerca de suas limitações e complementaridades recíprocas – construindo, com isso, pontes de significado que favorecem a consolidação de campos teóricos comuns. Além disso, as vertentes privilegiadas nesse trabalho de integração teórica ocupam em ambas as obras polos opostos do duplo interesse da crítica: sua oposição divide o melhor diagnóstico sobre as formas de subordinação e as possibilidades mais promissoras de resistência e emancipação. Desse modo, apesar de Allen apresentar apenas em 2008 um vínculo mais explícito com as vertentes feministas da Teoria Crítica, não é difícil perceber que a aproximação dos instrumentais teóricos para a denúncia da subordinação de gênero com aqueles destinados às possibilidades de sua superação formam a base comum do projeto teórico que perpassa ambas as obras. A partir disso, poderíamos argumentar que não há uma mudança significativa dos objetivos mais gerais que compõem sua primeira e segunda obras, levando em consideração que, em ambos os casos, os objetivos de Allen parecem estar igualmente voltados à tentativa de compatibilizar a denúncia às formas de subordinação de gênero às possibilidades políticas de emancipação. Dessa forma, a chave de interpretação proposta consistiu em considerar as duas obras de Allen não como produções totalmente independentes, mas relacionadas.

De outro lado, a tarefa de identificar e explicitar o deslocamento teórico permitiu uma comparação mais profunda e a problematização das diferenças entre as duas obras.

A partir disso, pretende-se, nessas considerações finais não apenas retomar de forma breve as principais ideias de Allen que foram trabalhadas até este momento, mas, além disso, considerar o deslocamento teórico como ponto de partida para reflexões finais acerca das possíveis descrições do problema do sujeito entre 1999 e 2008, acrescentando possíveis hipóteses que justificariam o deslocamento ocorrido.

Em relação a *The Power of Feminist Theory*, o problema de compatibilizar o interesse feminista na crítica da subordinação de gênero e as possibilidades de emancipação é inteiramente elaborado como um percurso traçado à luz da categoria de poder. Para isso, a estratégia escolhida é a de enfatizar as diferenças e possíveis complementaridades encontradas entre as teorias do poder de Foucault, Butler e Arendt. Nesse contexto, Foucault e Butler representam os referenciais teóricos escolhidos para abordar uma dimensão produtiva do poder que ilumina tanto o eixo de interesse das feministas na dominação, quanto o interesse em resistência através da inserção da noção de citacionalidade. Apesar de Foucault e Butler serem referências úteis para teorizar formas de dominação e resistência, segundo Allen, suas concepções de poder são limitadas em razão de não serem capazes de considerar uma dimensão coletiva do poder que permite ao feminismo teorizar o empoderamento coletivo que faz possível a noção de solidariedade. A partir disso, o surgimento de Arendt se justifica pelo fato de Allen encontrar em sua categoria de poder um excelente ponto de partida para repensar a noção de solidariedade política, o que seria impossível se apenas o quadro pós-estruturalista do poder fosse considerado.

É possível indicar que, tanto no contexto da sua obra de 1999, quanto no artigo publicado no mesmo ano, a categoria de poder em Arendt é valorizada em relação ao seu potencial de oferecer ao feminismo vias de emancipação ao cenário de relações de dominação através da ação coletiva. Dessa forma, o interesse em formular vias emancipatórias ao feminismo dentro do contexto do poder é ali respondido através da integração da categoria de poder arendtiana às concepções de poder de Foucault e Butler. Dessa forma, a escolha de Allen em inserir Arendt a direciona em 1999 a uma teoria sobre identidade de grupo ou coletiva, além de oferecer uma saída útil ao paradoxo da identidade ao conceber a identidade como um fato político.

Apesar disso, o deslocamento teórico ocorrido em 2008 é marcado, entre outras coisas, pelo abandono da concepção de poder arendtiana e, conseqüentemente, a perda

de uma perspectiva teórica sobre identidade coletiva ou de grupo. Apesar do problema mais geral no horizonte dessas obras parecer ser o mesmo, em 1999 Allen busca fazer isso oferecendo uma teoria feminista ampla do poder. Em outras palavras, os potenciais emancipatórios que correspondem à resistência e agência política são buscados dentro/através das próprias categorias de poder trabalhadas. Allen não transcende o contexto do poder em 1999 para alocar formas de resistir e subverter as relações de subordinação de gênero que são engendradas pelo próprio poder, mas ao contrário, busca a integração de outra categoria de poder que seja capaz de ser compatibilizada às anteriores e oferecer uma dimensão coletiva – e positiva – de poder como resistência. Com isso, Allen vê na referência de poder de Arendt a categoria mais propícia a fornecer a dimensão coletiva de poder e ação política que são úteis ao feminismo em seu interesse de solidariedade e, ao mesmo tempo, compatibilizar a vertente pós-estruturalista de poder que, de fato, era incapaz de cumprir tal tarefa. Dessa forma, segundo Allen, “em outras palavras, a solidariedade feminista é, em si mesma, uma resposta a uma modalidade de poder – a dominação; assim, parece-me esclarecedor ver a solidariedade como uma modalidade de poder também” (ALLEN, 1999b, p. 112). Dessa forma, o registro do problema e sua solução alcança nesta obra uma dimensão necessariamente coletiva.

Em comparação, *The Politics of Our Selves* é uma obra que não somente apresenta um maior aprofundamento teórico, mas, além disso, retrata Allen mais diretamente vinculada à herança teórica da teoria crítica. Porém, ao mesmo tempo, Allen permanece fiel ao papel da categoria de poder pós-estruturalista – que é mantido e valorizado em 2008. Nesse contexto, a categoria de poder de Foucault e Butler representam a totalidade do polo de compreensão do sujeito “poder”. Ou seja, se em 1999 Allen buscava uma teoria feminista ampla e multifacetada do poder, em 2008, a concepção de poder considerada advém integralmente do pós-estruturalismo, passando a cumprir todas as funções que se pode atribuir a uma teoria do poder. Nesse sentido, o que Allen chama ali de “problema do sujeito” passa a representar a difícil polarização do pensamento feminista dirigido, por um lado, a uma crítica do poder e por outro, à crítica normativa. A partir disso, a tentativa de conduzir o pensamento para além deste impasse teórico exige de Allen a vinculação a uma perspectiva emancipatória normativamente mais robusta, cumprida pela noção de autonomia – conceito central ao pensamento emancipatório da teoria crítica e à filosofia política normativa. Segundo

Allen, a tentativa de alocar uma concepção de autonomia em meio ao contexto do poder e, ainda, a possibilidade de tornar esses dois polos compatíveis entre si, encontra sua melhor forma de realização através da figura teórica do self narrativo, de Seyla Benhabib. Através deste modelo narrativo de subjetividade, Allen encontra uma noção de autonomia prática que cumpre o papel de preencher a lacuna normativa deixada por Foucault e Butler.

Entretanto, vimos ao final do capítulo três que esse movimento deixa questões em aberto. Apesar de aderir a uma concepção de self narrativo, Allen ainda combate na versão de Benhabib a preservação de um núcleo neutro do Self, o qual preservaria os prejuízos racionalistas habitualmente encontrados nas concepções tradicionais de autonomia, supondo a possibilidade de afastamento e avaliação imparcial dos contextos responsáveis pela própria formação de suas capacidades avaliativas. Entretanto, Allen não nos apresenta efetivamente uma resposta à questão sobre como afastar qualquer resquício de possível “distanciamento” e “imparcialidade” sem, com isso, declarar inviável qualquer pretensão de autonomia. Vale dizer, a tensão insolúvel entre poder e autonomia, que motivou todo o percurso operado em *The Politics of Our Selves*, parece continuar existindo nas controvérsias sobre o “núcleo do Self”.

Mais importante que isso, o reconhecimento do deslocamento teórico e a constatação do conseqüente obscurecimento de uma dimensão coletiva de ação política em 2008 fazem emergir questionamentos acerca da viabilidade de uma concepção de sujeito político no projeto apresentado por Allen em *The Politics of Our Selves*. De fato, a dimensão coletiva de resistência e ação política não é um dos eixos de interesse mais explícitos em 2008. Nesse sentido, identificamos duas linhas de interpretação que valorizam ou o afastamento textual da ação coletiva, ou sua agregação a um projeto crítico mais amplo, admitindo neste último caso linhas de continuidade não inteiramente admitidas entre as obras de 1999 e 2008. Defendemos esta última leitura como aquela que mais valoriza o percurso da autora, tratando-o como um projeto continuado que busca oferecer ao debate feminista uma compreensão aprofundada do sujeito político em seu registro tanto individual como coletivo. Sendo assim, a ação política não desapareceria por completo, mas seria pensada em seu momento de resistência, que enfatiza mais propriamente a dimensão subjetiva do agente individual. Nesse sentido, Allen acessa um componente motivacional da ação política vinculado não diretamente à

formação coletiva da consciência e vontade, mas à resistência contra formas subordinantes de subjetivação, remetendo-nos a uma luta pela transformação das relações de poder que constituem o solo de formação subjetiva (SILVA, 2018, p. 190). Reforçando essa leitura, Allen argumenta em sua conclusão que, a respeito das fontes de transformação social, não temos escolha a não ser partir de onde estamos – ou seja, como sujeitos de gênero (*gendered subjects*) que são constituídos por relações de poder – mas imbuídos de maneiras pelas quais é possível *resistir, subverter e transformar* essas mesmas relações a partir de dentro. (ALLEN, 2008, p. 184). Dessa forma, a concepção de sujeito político extraída do contexto de 2008 enfatiza a tarefa de reconhecer uma concepção de subjetividade constituída a partir da conexão tensa e, ao mesmo tempo, possivelmente produtiva, entre poder e autonomia, na qual os potenciais de emancipação e resistência são abertos ao sujeito através da sua capacidade de refletir criticamente sobre o próprio sofrimento, buscando ressignificar narrativamente seu próprio sentido de *self* através dos contextos de poder que tanto o subordina quanto o produz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEN, Amy. *The Power of Feminist Theory: Domination, Resistance and Solidarity*. Oxford: Westview, 1999.

._____ *Solidarity After Identity Politics: Hannah Arendt and The Power of Feminist Theory*. *Philosophy & Social Criticism*: vol 25/no 1, pp.97-118, 1999b.

._____ *The Politics of our Selves: Power, Autonomy and Gender in Modern Critical Theory*. New York: Columbia University Press, 2008.

._____ *Normativity, Power, and Gender: Reply to Critics*. *Critical Horizons*, Vol. 15 No 1, p. 52-68, March, 2014.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Tradução: Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro/RJ: Forense, 2009.

._____ *Sobre a Violência*. Tradução: André Duarte. Rio de Janeiro/RJ: Cia das Letras. 2009.

._____ *Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo*. Tradução: Roberto Raposo. 2 Ed. São Paulo/SP: Cia das Letras, 2010.

BENHABIB, Seyla. *Critique, Norm and Utopia: A Study of the Foundations of Critical Theory*. New York: Columbia University Press, 1986.

._____ Drucilla Cornel (Orgs.). *Feminismo como Crítica da Modernidade: Releitura dos Pensadores Contemporâneos do Ponto de Vista da Mulher*. Tradução: Nathanael da Costa Caixeiro. Rio de Janeiro/RJ: Editora Rosa dos Tempos, 1987.

._____ *Situating the Self: Gender, Community and Postmodernism in Contemporary Ethics*. Routledge, New York, 1992.

._____ Judith Butler, Drucilla Cornel, and Nancy Fraser. *Feminist Contentions: A Philosophical Exchange*. New York: Routledge, 1995.

._____ *Sexual Difference and Collective Identities: The New Global Constellation*. In: *Signs: Journal of Woman in Culture and Society*, 1999.

._____ *The Reluctant modernism of Hannah Arendt*. Thousand Oaks, Calif.: Sage, 1996.

BUTLER, Judith. *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of "Sex"*. New York/NY: Roudedge, 1993.

._____ *Exitable Speech: A Politics of Performative*. New York/NY: Roudedge, 1997.

._____ *Mecanismos Psíquicos del Poder: Teorias sobre la sujeción*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2001.

._____ *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CYFER, Ingrid. *A tensão entre modernidade e pós-modernidade na crítica à exclusão no feminismo*, 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. (Org.). Roberto Machado. 13ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

._____ *The Subject of Power*. In: *Critical Inquiry*, Vol.8, No. 4, pp. 777-795, Summer, 1982.

._____ *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Tradução: Raquel Ramallete. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GATENS, Moira. *Let's Talk Story: Gender and the Narrative Self*. *Critical Horizons*, Vol. 15 No 1, p. 40-51, March, 2014.

HABERMAS, Jürgen. *O Conceito de Poder em Hannah Arendt*. In: FREITAG, B. ROUANET, S. P. (Orgs). Habermas. São Paulo/SP: Ática, 1980.

HONIG, Bonnie. *Toward an Agonistic Feminism: Hannah Arendt and the Politics of Identity*. In: BUTLER, J. & SCOTT, W. J (eds.) *Feminists Theorize the Political*. Routledge. pp. 215-35, 1992.

MARTÍN, G. Lucas. *Poder*. In: PORCEL, B. MARTÍN, L. (Orgs). *Vocabulario Arendt*. Santa Fe/Argentina, 2016.

SILVA, G. Felipe. *Amy Allen e o Empoderamento do Mundo da Vida*. In: *Dissonância: Volume 2, Número Especial*, Campinas, Junho, 2018.

WARTENBERG, E. Thomas. *The Forms of Power: From Domination to Transformation*. Philadelphia: Temple University Press, 1990.

ZERILLI, M. G. Linda. *El Feminismo y el abismo de la libertad*. Trad. Teresa Arijón. 1ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.